



DIÁRIO da Assembleia da República

VII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1995-1996)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 12 DE JUNHO DE 1996

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
João Cerveira Corregedor da Fonseca

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 15 minutos.

Deu-se conta da apresentação das propostas de lei n.^o 44 e 45/VII, dos projectos de lei n.^o 174 a 176/VII e do projecto de resolução n.^o 25/VII.

Foi aprovado o voto n.^o 30/VII — De pesar pelo falecimento do escritor Romeu Correia (Presidente da AR), ao qual se associaram, em nome dos respectivos grupos parlamentares, os Srs. Deputados José Saraiva (PS), Lemos Damíão (PSD), Jorge Ferreira (CDS-PP), Odete Santos (PCP) e Isabel Castro (Os Verdes), tendo sido guardado um minuto de silêncio.

O voto n.^o 31/VII — De pesar pelo falecimento do escritor David Mourão-Ferreira (Presidente da AR) foi igualmente aprovado. Após terem usado da palavra os Srs. Deputados António Reis (PS), Barbosa de Melo (PSD), Nuno Abecasis (CDS-PP), José Calçada (PCP) e Isabel Castro (Os Verdes), foi guardado um minuto de silêncio.

A Câmara aprovou ainda o voto n.^o 32/VII — De pesar pelo falecimento do cantor de Coimbra António Bernardino (Presidente da AR). Proferiram intervenções os Srs. Deputados José Niza (PS), Carlos Encarnação (PSD), Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP) e Jodo Amaral (PCP) e, no final, foi guardado um minuto de silêncio.

Procedeu-se a um debate centrado na política educativa/pacto educativo, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Sr. Ministro da Educação (Marcel Grilo) e da Sr. Secretária de Estado da Educação e Inovação (Ana Benavente), os Srs. Deputados Sílvio Rui Cervan (CDS-PP), José Calçada (PCP), Sérgio Sousa Pinto (PS), Castro de Almeida (PSD), Heloísa Apolónia (Os Verdes), Bernardino Soares (PCP), Fernando Pereira Marques (PS), José Cesário e Carlos Mariz (PSD), Luísa Mesquita (PCP), Maria Luísa Ferreira, Manuel Alves de Oliveira, Paulo Pereira Coelho e Carlos Coelho (PSD), António Braga, Rui Namorado, Natalina Moura, Fernando de Sousa, Pedro Bapista e José Ribeiro Mendes (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 19 e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros.
Adérito Joaquim Ferro Pires.
Agostinho Marques Moleiro.
Aires Manuel Jacinto de Carvalho.
Alberto de Sousa Martins.
Albino Gonçalves da Costa.
António Alves Martinho.
António Bento da Silva Galamba.
António de Almeida Santos.
António Fernandes da Silva Braga.
António Fernando Marques Ribeiro Reis.
António José Gavino Paixão.
António José Guimarães Fernandes Dias.
Arnaldo Augusto Homem Rebelo.
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho.
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.
Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja.
Carlos Alberto Dias dos Santos.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Carlos Manuel Amândio.
Carlos Manuel Luís.
Domingos Fernandes Cordeiro.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Elisa Maria Ramos Damião.
Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo.
Fernando Alberto Pereira de Sousa.
Fernando Alberto Pereira Marques.
Fernando Antão de Oliveira Ramos.
Fernando Garcia dos Santos.
Fernando Manuel de Jesus.
Fernando Pereira Serrasqueiro.
Filipe Mesquita Vital.
Francisco José Pereira de Assis Miranda.
Francisco José Pinto Camilo.
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho.
Henrique José de Sousa Neto.
João Rui Gaspar de Almeida.
João Soares Palmeiro Novo.
Joaquim Moreira Raposo.
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida.
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.
Joel Maria da Silva Ferro.
Jorge Lacão Costa.
Jorge Manuel Damas Martins Rato.
Jorge Manuel Fernandes Valente.
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro.
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão.
José Alberto Cardoso Marques.
José António Ribeiro Mendes.
José Carlos Correia Mota de Andrade.
José Carlos da Cruz Lavrador.
José Carlos das Dores Zorrinho.
José Carlos Lourenço Tavares Pereira.
José da Conceição Saraiva.
José de Matos Leitão.
José Ernesto Figueira dos Reis.
José Fernando Rabaça Barradas e Silva.
José Manuel de Medeiros Ferreira.

José Manuel Niza Antunes Mendes.
José Manuel Santos de Magalhães.
José Pinto Simões.
Jovita de Fátima Romano Ladeira Matias.
Júlio Manuel de Castro Lopes Faria.
Laurentino José Monteiro Castro Dias.
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Luís Pedro de Carvalho Martins.
Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro.
Manuel Alberto Barbosa de Oliveira.
Manuel António dos Santos.
Manuel Jorge Pedrosa Forte de Goes.
Manuel Martinho Pinheiro dos Santos Gonçalves.
Manuel Porfírio Vargas.
Maria Amélia Macedo Antunes.
Maria Celeste Lopes da Silva Correia.
Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha.
Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira.
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa.
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino.
Mário Manuel Videira Lopes.
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque.
Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura.
Nelson Madeira Baltazar.
Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes.
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro.
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte.
Paulo Jorge dos Santos Neves.
Pedro Luís da Rocha Baptista.
Raimundo Pedro Narciso.
Raúl d' Assunção Pimenta Rego.
Rita Maria Dias Pestana Cachuxo.
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz.
Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
Rui Manuel dos Santos Namorado.
Rui Manuel Palácio Carreteiro.
Sérgio Carlos Branco Barros e Silva.
Sérgio Humberto Rocha de Avila.
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto.
Victor Brito de Moura.

Partido Social Democrata (PSD):

Adalberto Paulo da Fonseca Mendo.
Adriano de Lima Gouveia Azevedo.
Álvaro dos Santos Amaro.
Amândio Santa Cruz Domingues Basto Oliveira.
Antônio da Silva Antunes.
António Costa Rodrigues.
António de Carvalho Martins.
António Fernando da Cruz Oliveira.
António Germano Fernandes de Sá e Abreu.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António Moreira Barbosa de Melo.
António Paulo Martins Pereira Coelho.
António Roleira Marinho.
António Soares Gomes.
Arménio dos Santos.
Artur Ryder Torres Pereira.
Bernardino Manuel de Vasconcelos.
Carlos Manuel de Sousa Encarnação.
Carlos Manuel Duarte de Oliveira.
Carlos Manuel Marta Gonçalves.
Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho.

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco.
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares.
 Fernando José Antunes Gomes Pereira.
 Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho.
 Fernando Santos Pereira.
 Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado Freitas
 Bordalo.
 Francisco Antunes da Silva.
 Francisco José Fernandes Martins.
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres.
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves.
 Hugo José Teixeira Velosa.
 João Álvaro Poças Santos.
 João Bosco Soares Mota Amaral.
 João Calvão da Silva.
 João Carlos Barreiras Duarte.
 João do Lago de Vasconcelos Mota.
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá.
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral.
 José Augusto Santos da Silva Marques.
 José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
 José Carlos Pires Povoas.
 José de Almeida Cesário.
 José Guilherme Reis Leite.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 José Macário Custódio Correia.
 José Manuel Costa Pereira.
 José Manuel Durão Barroso.
 José Manuel Nunes Liberato.
 José Mário de Lemos Damião.
 Lucília Maria Samoreno Ferreira.
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes.
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes.
 Manuel Acácio Martins Roque.
 Manuel Alves de Oliveira.
 Manuel Castro de Almeida.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Joaquim Barata Frexes.
 Manuel Maria Moreira.
 Maria do Céu Baptista Ramos.
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo.
 Maria Fernanda Cardoso Correia da Mota Pinto.
 Maria Luísa Lourenço Ferreira.
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite.
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia.
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque.
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva.
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Pedro Domingos de Souza e Holstein Campilho.
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.
 Pedro Manuel Cruz Roseta.
 Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.
 Rolando Lima Lalanda Gonçalves.
 Sérgio André da Costa Vieira.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

António Afonso de Pinto Galvão Lucas.
 Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa.
 Ismael António dos Santos Gomes Pimentel.

Jorge Alexandre Silva Ferreira.
 Maria Helena Pereira Nogueira Santo.
 Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto.
 Maria Manuela Guedes Outeiro Pereira Moniz.
 Nuno Jorge Lopes Correia da Silva.
 Nuno Kruz Abecasis.
 Paulo Sacadura Cabral Portas.
 Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.
 António João Rodeia Machado.
 Bernardino José Torrão Soares.
 João António Gonçalves do Amaral.
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 José Fernando Araújo Calçada.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Manuel da Silva Viana de Sá.
 Maria Luísa Raimundo Mesquita.
 Maria Odete dos Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia.
 Isabel Maria de Almeida e Castro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (João Corregedor da Fonseca): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas: propostas de lei n.º 44/VII — Lei-Quadro da educação pré-escolar —, que baixou à 6.ª Comissão, e 45/VII — Revê o exercício da actividade de radiodifusão (Lei n.º 87/88, de 30 de Junho), que baixou à 1.ª Comissão; projectos de lei n.º 174/VII — Elevação da povoação de Leomil à categoria de vila, 175/VII — Elevação da povoação de Alvite à categoria de vila —, ambos da iniciativa do PSD, que baixaram à 4.ª Comissão, e 176/VII — Revê o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, (PCP), que baixou à 1.ª Comissão; projeto de resolução n.º 25/VII — Declara o dia 7 de Dezembro como Dia de Timor Leste (apresentado pela Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor Leste).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares deliberou, por consenso, que a Câmara procedesse desde já à leitura, discussão e votação de três votos de pesar e que cada grupo parlamentar dispusesse de cerca de 2 minutos para fazer uma intervenção..

O voto n.º 30/VII — De pesar pelo falecimento do escritor Romeu Correia (Presidente da AR) refere o seguinte: «Faleceu Romeu Correia, um talentoso escritor de inspiração neo-realista que nos legou um exemplo de perseverança e coerência ideológica, traduzidas numa vida e numa obra de combate por ideias.

Subiu a pulso na vida, por entre dificuldades familiares e profissionais que venceu a golpes de talento e força de vontade.

Homem de esquerda desde os tempos do MUD, de esquerda permaneceu nos seus actos e nos seus escritos.

Exemplo vivo de autodidacta, ginasticou o corpo e a vontade na prática dos desportos, em que atingiu excelente nível, e o espírito na avidez da leitura e no contacto

com os mais brilhantes espíritos deste século, muitos dos quais teve por amigos. É inumerável a galeria dos escritores, artistas plásticos e homens de teatro que teve por companheiros na aventura de viver criando.

Contista, romancista, crítico literário, jornalista e, sobretudo, dramaturgo de rara inspiração, deixa-nos uma obra que reflecte a sua versatilidade criadora e a sua profunda ligação aos temas da realidade de que foi testemunha.

Homem de Almada, bebeu na Academia Almadense o culto pelo associativismo desportivo e literário. Foram-lhe atribuídas as mais honrosas distinções como escritor e cidadão. As proibições da censura figuram entre as mais relevantes.

A Assembleia da República curva-se reverentemente perante a sua memória e endereça à família enlutada as mais sentidas condolências.».

Tem a palavra o Sr. Deputado José Saraiva.

O Sr. José Saraiva (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em cada homem há um vagabundo escondido. Em Romeu Correia havia um vagabundo com mãos de ouro. Romeu Correia era isso mesmo, sendo a sua personalidade a que está retratada no voto de pesar que o Sr. Presidente acabou de ler à Câmara.

O Partido Socialista associa-se a esse voto e gostaria de deixar aqui como testemunho da vida e da obra de Romeu Correia essa inultrapassável peça teatral que é *O Vagabundo das Mãos de Ouro*.

Romeu Correia era um autodidacta, um homem que se fez a si próprio, que trabalhou e lutou pelas causas mais nobres e mais justas do nosso povo, mas também um homem que apreciava a arte, pela qual queria transmitir os valores em que acreditava.

Romeu Correia era, além disso, um homem que apreciava o desporto. Foi um dos homens que melhor escreveu sobre o desporto (curiosamente sobre o futebol).

Romeu Correia era um desses meninos da beira-Tejo, um daqueles homens que nunca teve o prazer de ser menino (como outro neo-realista, citou os homens que nunca foram meninos — refiro-me a Alves Redol).

Romeu Correia passou, talvez não tenha tido a projecção que merecia e que deveria ter tido, mesmo na hora do seu passamento. Resta-nos a sua obra, sobre a qual muito haverá talvez ainda que recortar o seu sentido, a vivência humana que as suas personagens arrastam, mas fica-nos também dele a memória de um português justo, honrado, que a todos orgulha.

O Partido Socialista curva-se respeitosamente perante a sua memória.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lemos Damião.

O Sr. Lemos Damião (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desde sempre habituei-me a ouvir falar de Romeu Correia.

Romeu Correia era um crítico, um analista desportivo, alguém que chegou às classes populares com grande empatia. Era um homem simples, um homem do povo, que cresceu, viveu e morreu entre dificuldades familiares e convicções sociais.

A vontade de vencer levou-o ao galarim e, por isso, a Assembleia da República o reconhece hoje e o torna imortal, na medida em que vai ficar no *Diário* desta Casa jun-

to daqueles que nós premiamos como sendo grandes. Para ele e por ele, creio que a Assembleia da República deve dar sempre o testemunho de alguém que, sendo simples, é capaz de se tornar nobre e grande.

Por isso mesmo nós o recordamos, o lembramos e o respeitamos!

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Ferreira.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Independentemente do conteúdo dos valores, das opiniões e das causas, penso que a Assembleia da República deve reconhecer sempre o valor da authenticidade e da nobreza do combate pelas ideias em que se acredita, pelo exercício da inspiração e pelo contributo que cada cidadão dá à cultura portuguesa e ao nível da intervenção cívica com que enriquece a vida pública.

É nesse sentido que o Grupo Parlamentar do Partido Popular se associa ao voto de pesar pelo falecimento de Romeu Correia, não apenas escritor mas também interventor cívico, pessoa que muito contribuiu para o conteúdo da vida cultural e pública portuguesa.

É justo este reconhecimento da Assembleia da República e, neste exacto sentido, o meu grupo parlamentar associa-se a este voto.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Odete Santos.

A Sr.ª Odete Santos (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foi já no longínquo ano de 1965 que tive oportunidade de conhecer Romeu Correia. Saíra então há pouco tempo dos bancos da faculdade e o facto de ter começado a partir daí, através de uma colectividade de cultura e recreio, a privar com um escritor que era envergonhadamente citado então nos livros por onde estudámos abriu-me grandes perspectivas em relação à literatura portuguesa e àquilo a que se convencionou chamar de neo-realismo.

Há uma afirmação do próprio Romeu Correia efectivamente muito importante e que define a personalidade de um homem do povo, de um homem simples que se formou a si próprio e nas dificuldades do próprio povo. É ele que diz: «Fui testemunha e participei dos trabalhos forçados da grande maioria do povo deste País e isso nunca eu o poderia esquecer ao pegar na pena para elaborar as minhas histórias ou os meus dramas.».

Romeu Correia tem algumas peças de teatro que considero notáveis. Tive ocasião, através de uma colectividade, de acompanhar o seu entusiasmo quando viu representado no Teatro Nacional *O Cravo Espanhol*. Tive mesmo oportunidade de acompanhar, num grupo de teatro amador onde nos encontrámos, a gestação de uma das suas últimas obras: *A Roberta*.

E é assim, comovidamente, que neste ano de 1996, a 31 anos daquele ano de *Sábados sem Sol* (nome de uma sua obra) em que, de facto, tive o privilégio de conhecer o dramaturgo, o romancista, o homem do povo que escrevia para o povo e que o amava, torno a recordar a personagem de extrema coragem — e é bom que isto seja aqui sublinhado — que nos tempos difíceis do fascismo teve a ousadia de recusar um prémio do SNI.

Foi, de facto, um homem vertical, um escritor, um romancista de um tamanho que nem sempre lhe é reconhecido.

A Assembleia da República faz justiça ao aprovar este voto de pesar.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.º Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: — Em nome do Grupo Parlamentar de Os Verdes, quero associar-me ao voto apresentado pela perda de Romeu Correia.

Romeu Correia, como já foi aqui referido, estava extremamente ligado ao povo português. Era um autodidacta, que viveu e foi sempre um partidário e activista da vida e da cultura entendida como qualquer coisa de construída ao nível da comunidade e de base. A sua perda é, por isso, penso eu, uma perda para Portugal.

Este voto é o mínimo que a Assembleia da República pode fazer para assinalar a perda de alguém que marcou, à sua maneira, a cultura portuguesa e a vivência dessa cultura construída com os outros que com ele conviveram de perto.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos proceder à votação deste voto.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Em memória de Romeu Correia, vamos guardar um minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, um minuto de silêncio.

Srs. Deputados, vamos agora passar à discussão e votação do voto n.º 31/VII — De pesar pelo falecimento do escritor David Mourão-Ferreira (Presidente da AR), que é do seguinte teor:

«David Mourão Ferreira partiu.

Poucos homens terão recebido em tão alto grau os dons da sensibilidade, da simpatia e do talento.

Professor universitário de prodigiosa cultura literária, inspirado poeta, ensaísta de requintado poder reflexivo e grande romancista entre os maiores, foi ainda, por sobre tudo isso, um brilhante declamador.

Poeta da liberdade e do amor, como foi chamado, amou a liberdade e ajudou a libertar o amor.

Homem de ideias e convicções, exerceu uma acção pedagógica humanizante e libertadora sobre a juventude através da cátedra e sobre os seus concidadãos através da escrita.

O povo cantou os seus versos — é esse o mais seguro penhor de que os comprehendeu e sentiu. Os intelectuais reflectiram sobre as suas conferências e os seus ensaios, que vinham credenciados pela atracção polémica. Muitos foram, sem distinção, os que se deleitaram com os seus contos e romances, ou não fossem eles um sítio intelectual que, iniciada a leitura, nos roubava o sossego. Os que tiveram o raro privilégio de o ouvir dizer os próprios versos — além de outros — experimentaram o efeito encantatório de uma bela voz e uma rara sensibilidade. Ainda assim, o seu melhor poema foi ele próprio, a personalidade que, amorosamente, moldou.

Contriariado, passou fugazmente pela acção política — não era essa a sua vocação. Ainda assim, ajudou a libertar organicamente a cultura do abraço constrangedor da informação. A Assembleia da República, orgulhosa do seu exemplo, curva-se perante a sua memória e endereça à família enlutada a profunda e sincera expressão do seu pesar.».

Tem a palavra o Sr. Deputado António Reis.

O Sr. António Reis (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É com profunda emoção que presto aqui hoje homenagem, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a David Mourão-Ferreira, para mim, antes de mais, um muito querido amigo e um companheiro de lides culturais e até de algumas lides políticas.

David Mourão-Ferreira começou por ser, para mim, um dos nossos grandes poetas do amor, com a particularidade de não ter receado, antes se orgulhar, de dar os seus poemas ao fado e, sobretudo, à voz de Amália, já que a sua poesia exige, como poucas, o canto. E como esquecer aqueles versos do seu poema *Abandono*, cantado por Amália, e cujo significado durante a ditadura tanto nos fazia vibrar: «Por teu livre pensamento,/ foram-te longe encerrar./ Tão longe que o meu lamento/ não te consegue alcançar.»

Mas David foi também o romancista do amor, com esse grande êxito que foi *Um Amor Feliz*, que também não receou, antes se empenhou em adaptar à televisão com Artur Ramos, numa série dramática, em episódios — apontando um dos caminhos a seguir no futuro para evitar a tele-dependência ficcional dos produtos estrangeiros.

Também um dos seus contos — *Sem Sombra de Pecado* — deu origem ao excelente filme de José Fonseca e Costa, confirmando a importância de um cinema português assente no nosso imaginário.

A sensibilidade de David à importância do audiovisual levou-o, desde os anos 60, a colaborar na RTP em programas de divulgação da literatura, como o célebre *Hospital das Letras*, ultrapassando assim o espaço limitado do meio académico, onde, aliás, foi sempre um dos mestres mais queridos dos alunos.

David foi também um defensor e executor de uma eficaz política do livro, por via das bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian.

Por último, mas não menos importante, ele foi um intelectual que soube dar o seu concurso ao lançamento da política cultural do novo Estado democrático, como Secretário de Estado da Cultura do VI Governo Provisório, no I Governo Constitucional, do PS, em 1976/77, e no IV Governo Constitucional, de Mota Pinto, em 1978/79. Numa época em que tudo era muito mais difícil porque havia todo um edifício orgânico a constituir como suporte da política a executar na área cultural, ele soube arrostar com esse desafio, com independência, isenção e total empenho.

Permitam-me, já agora, que lembre o facto de David Mourão-Ferreira, nessa mesma bancada do Governo, ter participado no primeiro debate sobre política cultural ocorrido durante o regime democrático, em resposta ao repto que eu próprio lancei por ocasião da discussão do programa do governo Mota Pinto.

David Mourão-Ferreira contribuiu assim para a formulação doutrinária e para a execução prática das responsabilidades do Estado democrático perante a cultura, segundo critérios de pluralismo e de incentivo à participação dos cidadãos.

Era, em suma, um grande humanista, um grande republicano, um grande democrata na plena acepção destas palavras, digno herdeiro de seu pai, David Ferreira, e, tal como ele, discípulo de Raúl Proença e de António Sérgio.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Barbosa de Melo.

O Sr. Barbosa de Melo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em nome da bancada do Partido Social Democrata, quero associar-me e associar-nos à evocação de David Mourão-Ferreira, em primeiro lugar, dizendo que o voto de V. Ex.^a, Sr. Presidente, é tão rico e expressivo que diz praticamente tudo aquilo que, em nome da bancada, se poderia dizer.

Por mim, pessoalmente, gostaria de salientar no poeta e no escritor eminentes uma coodenada que, a mim, particularmente, me sensibilizou sempre: o seu amor à cultura, em especial à cultura de raiz latina. David Mourão-Ferreira não foi um estrangeirado na cultura, não pensou em americano, não pensou em germânico; David Mourão-Ferreira pensou na latinidade, em português e em italiano. E este dado orgulho latino, hoje, aqui, ao evocá-lo, também me vem à alma. Ele foi uma boa expressão, no mundo de hoje, desta particularidade europeia que é a Europa latina.

Em nome da minha bancada e em meu nome, exprimo assim o nosso voto de pesar pelo passamento de um homem grande, um homem, como diz o Sr. Presidente, que foi um poeta da liberdade e do amor, e um homem que o povo português cantou.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Poucas vezes teremos ocasião, nesta Assembleia, de falar da morte de um homem que exerceu, no mais elevado grau, a cidadania e a humanidade, e que, ao mesmo tempo, foi um amigo querido que fomos seguindo ao longo da vida.

David Mourão-Ferreira frequentou o mesmo liceu que eu, uns anos mais velho mas não tantos que não pudesse acompanhá-lo, já nessa altura, com a minha amizade e admiração. Depois, ao longo da vida, fui tendo ocasião de apreciar um dos raros homens para os quais uma cultura refinada não era uma trincheira que o separava da humanidade. O David nunca atirou a sua cultura à cara de ninguém, o David pôs, com uma humanidade rara, com uma amizade que se dava em cada instante, a cultura ao serviço de todos nós.

Ainda agora, dizia um outro grande amigo meu, o António Reis, que o David pôs a sua poesia ao serviço do fado. Penso que o António estava a dizer de outra maneira exactamente o mesmo que eu disse. Só quem entende o que os homens devem aos outros homens, só quem faz da sua vida uma doação como o David fez, até ao ponto de ser exemplar para todos nós na forma digna como aceitou o sofrimento, até àquela sua última aparição perante dez milhões de portugueses, naquele programa de televisão em que leu uma das mais espantosas poesias que um homem pode fazer na nossa língua, tudo foi uma lição.

Srs. Deputados, dou graças a Deus por poder, em nome da minha bancada, e também em nome desta Assembleia, testemunhar a admiração que, durante uma vida inteira, tive por um homem excepcional que, repito, exerceu a cidadania da forma mais ampla e completa que é possível fazê-lo e, ao mesmo tempo, levou o conceito e a vivência do que é ser Homem até aos limites do absoluto. David permanecerá como uma jóia de Portugal que não pode ser aprisionada por ninguém — pertence ao povo português no mais amplo dos sentidos. Curvo-me perante a sua memória e sinto uma enorme saudade pela sua partida.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Calçada.

O Sr. José Calçada (PCP): — Sr. Presidente, associo-me, em nome do grupo parlamentar do meu partido, ao voto de pesar pela morte de David Mourão-Ferreira.

Sei que é um lugar comum, mas escritores como David Mourão-Ferreira detêm em si a rara felicidade de permanecerem em nós pelas suas obras, pelo que, em bom rigor, não se pode afirmar que tenha morrido. Para nós, é como se, um dia, ele pudesse ainda reaparecer em qualquer momento, por detrás da nuvem de fumo do seu cachimbo, entretanto dissipada. Temos excelentes razões para assim estarmos certos de que nos acompanha e ao nosso povo, à sua maneira, no caminho do futuro.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, gostaria de dizer tão-só, em nome de Os Verdes, que me parece que este voto, nos termos em que está redigido, é suficientemente eloquente para dispensar mais palavras, que são particularmente embaralhadas quando se fala de alguém com quem se manteve uma relação de admiração mas também uma relação próxima.

Diria apenas, apoiando totalmente este voto, que ele é perfeitamente justo para alguém que, pela sua elegância e pela sua finura, nos marcou de modo peculiar, alguém que teve o privilégio de aquilo que constituiu o essencial da sua obra ser hoje um património partilhado por muitos portugueses e conhecido de diferentes formas por esses portugueses. Julgo que esse é o mais importante património e herança que alguém pode deixar. Por isso, limito-me a dizer que subscrevemos inteiramente este voto.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos proceder à votação deste voto de pesar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, guardemos, em memória de David Mourão-Ferreira, um respeitoso minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, um minuto de silêncio.

Srs. Deputados, a morte foi particularmente selectiva neste último fim-de-semana. Temos ainda mais um voto, o n.º 32/VII — De pesar pelo falecimento do cantor de Coimbra, António Bernardino (Presidente da AR), que é do seguinte teor:

«Porque os rouxinós também morrem, morreu António Bernardino.

Foi juntar-se ao Adriano Correia de Oliveira, ao Zeca Afonso, e ao António Portugal, seus irmãos na canção de Coimbra.

Partiu uma alma limpida e uma voz cristalina. E sobretudo um coração de ouro, que sempre esteve por dentro das suas extraordinárias interpretações de fados e baladas.

Sempre sensível e melódico, soube cantar mensagens de liberdade e de combate quando foi tempo disso. É um dos muitos contribuintes do tempo novo.

Não foi herói de nenhuma batalha. Mas teve, como homem simples e bom, e continua a ter como extraordinário intérprete de canções, um exército de admiradores e amigos que vale por todas as promoções e todas as comendas. Recebeu, aliás, a justo título, a Ordem da Liberdade.

Nunca regateou a sua participação e a sua presença. Dava-se, cantando, com a naturalidade com que viveu.

Mas por sob as harmonias do seu cantar, havia um carácter, uma convicção e uma vontade. Para além de tudo isso, uma generosidade.

Companheiro de outros artistas libertadores, foi um homem de liberdade. E um criador de beleza.

A Assembleia da República não podia, por isso, ficar insensível à sua partida e curva-se perante a sua memória deplorando comovidamente a sua perda, endereçando à família enlutada a profunda expressão da sua solidariedade e do seu pesar.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Niza.

O Sr. José Niza (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Como V. Ex.^a acabou de dizer, o ex-Presidente Mário Soares, há cerca de uma ano, condecorou António Bernardino com a Ordem da Liberdade, que ele na realidade merecia porque foi um cantor da liberdade, um cantor do amor, aliás como David Mourão-Ferreira, e um cantor da alegria de viver.

O António Bernardino, o «Berna» para os amigos, deixou-nos profundamente tristes pela sua partida. Ontem à noite, no velatório na Igreja da Luz, Amália Rodrigues dizia-me: «Conheci mal o Bernardino mas ele foi dos melhores cantores de Coimbra, das melhores vozes de Coimbra que conheci». Mas disse-me mais, disse que tinha tido uma doença igual à do Bernardino e que tinha conseguido curar-se. E perguntava-me: «Ó Niza, você, que é médico, por que é que eu não morri e por que é que morreu o Bernardino?» E eu disse-lhe: «Amália, é por isso que existe o fado, isto é uma questão do fado de cada um».

O Bernardino nasceu em Aveiro em 1941, faria este ano 55 anos. Começou a cantar ainda em Aveiro com um grupo de colegas que depois foram para Coimbra. Em 1963, chegou à Lusa Atenas de onde saiu em 1967. Foi mobilizado para Moçambique, para fazer a guerra colonial. Em Coimbra, como já foi referido, pertenceu à geração dos anos sessenta, ao lado de Adriano Correia de Oliveira e dos guitarristas António Portugal, Jorge Tuna, Eduardo Melo, Ernesto Melo e Octávio Sérgio e das violas do Durval Moreirinha e do Rui Pato, entre outros.

Em 1975, regressado de África, fixou-se em Lisboa. Ontem à noite na Igreja da Luz, lá estavam lado a lado os seus grandes amigos e as grandes vozes do fado português. Lá estavam Amália e Luís Goes, Machado Soares e João Braga, as guitarras de Jorge Tuna e Fontes Rocha, as violas de Durval Moreirinha e Paquito. Só alguém como António Bernardino poderia reunir todas estas pessoas.

Provavelmente foi ele quem gravou em fado de Coimbra mais discos e talvez quem tenha visitado mais países, deixando um rasto da música e da poesia dos poetas portugueses. Foi um grande cantor, gostava de cantar e sabia escolher aquilo que cantava. Tal como o Adriano, foi um dos grandes divulgadores da poesia de Manuel Alegre e das guitarras e das músicas de António Portugal, na altura em que os poetas eram proibidos e que os poemas da «praça da canção» eram também proibidos.

Dos discos que gravou, e foram muitos, ele gostava de um em especial que se chamava *Flores para Coimbra* exactamente com música de António Portugal e poemas de Manuel Alegre. Mas nesse disco, escondida, está uma canção — *Cantiga para os que partem* — que fiz com uma letra de Rosalía de Castro, que ele cantou também e que comece assim: «Este parte, aquele parte/ e todos, todos se vão».

E foi assim que o António Bernardino partiu, não se sabe para onde, mas para se juntar seguramente com outros amigos, como Menano, Bettencourt, Zeca, Adriano e Artur Paredes. E eu penso que, com esta companhia e a estas horas, o António Bernardino estará organizar qualquer coisa, talvez uma tertúlia, talvez uma serenata ou talvez a ensaiar em coro: «Coimbra tem mais encantos na hora da despedida».

(*O Orador reviu.*)

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, permita-me que, antes de mais, me reveja no seu texto por uma razão certamente particular: é um texto de tal maneira emotivo e forte que certamente esta Assembleia da República com facilidade se revê nele.

Mas permita-me também, Sr. Presidente, que acrescente duas curtas palavras a esse texto porque António Bernardino não se limitou, como normalmente se diz, a ser do meu tempo. António Bernardino foi um dos que fez o meu tempo no sentido preciso de que procedeu à sua construção e que procedeu à afirmação da sua diferença com três elementos distintivos particulares: com uma enorme e profunda simplicidade, com uma insuperável alegria, com uma natural generosidade.

E foi este conjunto de qualidades que tornou singulares uma vida e uma voz. É talvez este conjunto de qualidades que, num timbre metálico irrepelível, faz ecoar na memória e nas consciências as palavras e a música que fizeram um projecto de vida e deram sentido ao País.

Ninguém como António Bernardino disse: «E hei-de passar a cantar pelas ruas da cidade erguendo na mão direita a espada da liberdade».

Se António Bernardino nos deixou, continuam a música, as palavras e a voz. E hoje, também graças a ele e ao seu canto, eu sou mais livre.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria José Nogueira Pinto.

A Sr.^a Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Temos a desvantagem de não termos conhecido pessoalmente António Bernardino, que foi sem dúvida uma das grandes figuras da canção coimbrã. No entanto, se não o conhecemos pessoalmente, conhecemos a sua arte e a sua voz e não poderíamos de deixar de nos associar a este voto de pesar porque realmente pensamos que o fado e a canção coimbrã traduzem muito da sensibilidade, da alma, do afecto e da emoção que, de alguma forma, está subjacente à alma portuguesa. Pensamos que nessa expressão cultural, popular por excelência, onde está muita da nossa poesia, António Bernardino marcou, de facto, um lugar de grande destaque.

Por isso, não poderíamos deixar de nos associar a este voto de pesar pois com a sua morte morre também parte de uma geração. E só esperamos que fique essa memória e que essa geração também se renove.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também o PCP se quer associar ao voto que o Sr. Presidente elaborou e subscreveu porque não há palavras melhores para exprimir o que se pode sentir no momento do falecimento do António Bernardino.

Já aqui foi dito pelo Deputado José Niza muito acerca do que ele foi, mas, Sr. Presidente, o que eu queria sublinhar é que todos nós, com a morte do António Bernardino, perdemos um amigo. Um amigo do tempo em que se cantava para lutar, e isso é um registo que todos nós temos inesquecível.

O António Bernardino deixa muita saudade porque era um homem bom, porque era um homem afável mas porque, sendo bom e afável, era um homem de combates. O António Bernardino era um homem do nosso tempo.

Parte e vai partindo uma geração, mas essa é a lei da vida. Outras vêm com outras formas de cantar, e essa é a melhor homenagem que pode fazer-se ao António Bernardino. Outros vêm e outros continuarão a mesma obra, com o mesmo empenhamento que o António Bernardino pôs na vida, no seu quotidiano.

Sr. Presidente, associamo-nos ao voto de muito pesar pela morte de António Bernardino e expressamos à família as nossas mais sentidas condolências.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos passar à votação deste voto de pesar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, guardemos, em memória de António Bernardino, um minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, um minuto de silêncio.

Srs. Deputados, os votos vão ser publicados e levados ao conhecimento das famílias enlutadas.

Informo que temos a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 30 alunos do Centro de Formação Profissional de Coimbra, um grupo de 27 alunos da Escola C+S Padre Alberto Neto, de Rio de Mouro, um grupo de 12 alunos do Centro de Formação Profissional de Venda Nova, um grupo de 55 alunos da Escola E.B., 2.º e 3.º ciclos, de Ourique, e um grupo de 15 alunos da Escola Secundária de Ferreira do Alentejo.

Manifestemos-lhes um gesto de simpatia.

Aplausos gerais, de pé.

Srs. Deputados, da nossa ordem de trabalhos de hoje consta um debate centrado na política educativa/pacto educativo.

Para introduzir o debate, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação (Marçal Grilo): — Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: Permitam-me que, em primeiro lugar, expresse a V. Ex.º, Sr. Presidente, e a todas as Sr.º e Srs. Deputados a honra e o privilégio que tenho ao participar neste debate que tem como grande objectivo lançar as bases de um entendimento e de um acordo entre os principais protagonistas da educação que permita ao nosso país avançar decididamente num sector de importância estratégica e decisiva para o futuro das gerações que nos sucedem.

Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: A ideia de propor ao País um «pacto educativo para o futuro» decorre da definição da educação e da formação como primeira prioridade da acção governativa numa sociedade que é, cada vez mais, caracterizada pela circulação do conhecimento e pela importância crescente da informação e na qual nos confrontamos com a ameaça do desemprego estrutural e com a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento. Torna-se indispensável suscitar convergências que permitam mobilizar energias, vontades e esperanças.

Importa, assim, dar estabilidade às políticas e encontrar um catalisador de responsabilidades dos diferentes parceiros e protagonistas.

Entendemos, deste modo, que a Assembleia da República seria a melhor instância para lançar não apenas um debate mas um conjunto de compromissos de acção para o tempo que estamos a preparar.

Por isso, aqui estamos.

Nada melhor do que vir ao «coração da democracia» para suscitar uma iniciativa de pensamento e acção, que visa assumir a educação como uma ambição de toda a sociedade portuguesa.

Fizemos questão de manter esta Câmara informada de tudo o que pretendemos, com a ideia dinâmica de um pacto.

O texto base que apresentámos resultou, desse modo, dos contributos recebidos da Comissão parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, a que se aliaram outras inestimáveis sugestões e propostas provenientes dos mais diversos protagonistas da vida educativa — organizações patronais, universidades, politecnicos, sindicatos de professores, pais, estudantes, funcionários, autarcas, investigadores e tantos outros cidadãos.

Posso, desde já, exprimir o agradecimento sincero a todos quantos de norte a sul do País ou nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira nos fizeram chegar os seus contributos e sugestões — entre palavras de apreço, de apoio exigente e de crítica —, exprimindo a compreensão pela importância de um instrumento catalisador e mobilizador.

Num primeiro momento, houve quem pensasse que o pacto seria um documento fechado, um contrato a assinar por todos os protagonistas no processo educativo. Depressa houve, porém, a compreensão de que o que estava em causa era a busca de uma convergência forte de vontades, partir de uma procura de interesses e valores comuns.

O pacto realiza-se no dia a dia na procura de pontos de encontro no Parlamento, mas também na negociação para a acção com representantes dos professores, sindicatos, associações profissionais e científicas, com as autarquias locais e as futuras regiões administrativas, com as associações de pais e as associações de estudantes, com os representantes dos funcionários, em contacto com a vida económica e empresarial, com o mundo do trabalho, com a ciência e a cultura.

Pretendemos pôr em prática um pacto aberto que permita uma partilha e uma complementariedade nas responsabilidades.

Ao Estado caberá assumir um papel estratégico insubstituível, assumindo a sua quota-parte no investimento, na regulação e na orientação.

Mas à sociedade será cometida a tarefa de dar corpo e consequência às políticas, em nome do respeito pelos princípios constitucionais ligados ao direito à educação e à liberdade de ensinar e aprender.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Celebramos este ano o 10.º aniversário da aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Tratou-se de um marco decisivo de que hoje ainda somos beneficiários.

O tempo de mudança em educação — porque se trata de práticas e atitudes de longa data a alterar — não se compadece com reformas de um só momento ou do tempo de uma legislatura.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Penso que a Lei de Bases do Sistema Educativo deve hoje ser encarada como um quadro geral definidor da educação, em diálogo com a realidade complexa e dinâmica, com a mobilidade e com o progresso económico e social, cultural e científico.

Acabou, porém, o tempo das «reformas de sistema».

O tempo necessário para a construção das mudanças perante a diversidade de situações obriga ao gradualismo, à participação e ao primado da avaliação permanente sobre a aplicação das políticas e do método dos ajustamentos ditados pela experiência.

O Estado democrático necessita de criar condições para o empenhamento de todos na prioridade da educação e da formação.

É esse o sentido e o alcance deste debate parlamentar, realizado ao abrigo do artigo 245.º do Regimento da Assembleia da República, tratando-se de um «assunto relevante de interesse nacional».

Está em causa a indispensabilidade de lançar orientações gerais com repercussões para além do termo do mandato de qualquer governo ou da própria legislatura. Há que dar condições de estabilidade à educação que impeçam a incerteza e que não permitam hipóteses sobre as gerações futuras.

Há, naturalmente, diferenças políticas que se repercutem na educação.

Mas sabemos bem que a tentação que quase sempre existe é a de pôr tudo em causa, às vezes com as mesmas orientações mas com estratégias tão contrárias que dão graves prejuízos para todos.

É isso que pretendemos evitar, não iludindo as diferenças, mas procurando com muita determinação o que deve e pode ser mantido nas orientações, nas prioridades, nos modos de fazer.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O pacto pretende, por isso, ser também um garante de que a memória não se perca — em nome da estabilidade e do rigor, da certeza jurídico-política e da procura de valores e interesses comuns — e de que o futuro não se compadece com medidas hesitantes e objectivos menos claros.

Preocupamo-nos, assim, não só com os grandes princípios que constituem a base para o estabelecimento das políticas educativas a adoptar mas também com a sua concretização. E se por vezes nos tem sido dito que o pacto pode pecar por muito consensual e por ser pouco concreto, nós temos de afirmar que a preocupação comprehensível de obter o máximo de apoios na sociedade não nos eximirá de assumir algumas medidas de fundo, que visam restabelecer a confiança e apelar à responsabilidade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A educação e a formação constituem condições indispensáveis, não suficientes, mas altamente favoráveis, para o desenvolvimento social e humano.

A Sr.ª Maria Celeste Correia (PS): — Muito bem!

O Orador: — A educação torna-se, pois, uma questão pública e uma «ambição nacional», exigindo uma mudança de atitudes e de práticas sociais, no sentido da concertação e da co-responsabilização e da consolidação das políticas.

A política educativa deve, assim, ser orientada por princípios e deve identificar objectivos estratégicos e definir áreas prioritárias de intervenção.

Muda-se o método.

Aposta-se no gradualismo e no planeamento estratégico, privilegia-se a existência de mecanismos de acompanhamento, de avaliação e de correcção.

De facto, a educação é assunto de todos.

A finalidade essencial do processo educativo é o desenvolvimento e a formação global de todos.

Para tanto, urge fazer uma revolução copernicana no modo de encarar a educação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A escola tem de passar a ser o lugar nuclear do processo educativo, como realidade poliédrica e multiforme, admitindo a diversidade organizativa e a ligação do pluralismo democrático, mas assegurando sempre padrões exigentes de qualidade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, as relações entre o Estado, a sociedade e a educação devem ser redefinidas por forma a garantir maior participação e representatividade. A democratização não se alcança apenas pela massificação na frequência dos vários graus de ensino.

A sociedade contemporânea comporta uma «situação dilemática» entre democracia e qualidade, entre igualdade e diferença, entre massificação e singularidade. Daí que a gestão estratégica da qualidade educativa implique o desenvolvimento de processos de informação e comunicação, o aumento de visibilidade positiva e mobilizadora do sistema e a melhoria da imagem do ensino, em nome da credibilização da educação e da escola.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não devemos iludir as questões.

Há um alerta geral que tem de ser lançado relativamente à qualidade.

Numa sociedade educativa e de conhecimento, o combate à ignorância tem de ser assumido contra todas as novas formas de exclusão, de desigualdade e de injustiça, que estão a surgir.

Temos de pensar na melhoria dos hábitos de trabalho e de organização dos nossos jovens. Temos de tornar a escola atraente, mas não indiferente.

Há que encontrar um equilíbrio consistente entre a transmissão e os objectivos ligados à aprendizagem de atitudes e comportamentos dos jovens cidadãos. Por outro lado, a escola como ensino formal e formação inicial tem de fazer abater os muros que a separam da educação permanente — pedra angular de uma sociedade educativa, capaz de compreender os efeitos da mobilidade e da interdependência da mudança e do progresso científico e tecnológico.

A educação e a formação ao longo da vida, este ano especialmente assinalado como o ano europeu e o ano internacional, estão, assim, na ordem do dia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas, como salienta Jacques Delors no relatório da Comissão da Unesco «Educação para o século XXI», recentemente divulgado, «se devemos utilizar todas as possibilidades de aprendizagem e de aperfeiçoamento, não é menos verdade que para poder utilizar estas potencialidades, o indivíduo deve ter acesso a todos os elementos de uma educação de base de qualidade. Melhor, é desejável que a escola lhe dê, cada vez mais, o gosto e o prazer de aprender, a capacidade de aprender a aprender e a curiosidade de espírito.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A «sociedade educativa», de que hoje tão justamente se fala, deverá ser deste modo imaginada — na lógica de uma «utopia necessária» — como uma «sociedade onde cada um poderá ser ora educador ora educando».

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Daí a importância da educação formal, como relação de identificação e de diálogo, como lugar de exigência e de organização, mas também de afecto e de respeito.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Disse-se que o «pacto educativo para o futuro» poderia ser mais concreto, criticou-se o seu carácter não polémico. Esclareça-se verdadeiramente o que está em causa: trata-se, como já se referiu, de lançar as bases de um novo método de acção, baseado no gradualismo e no permanente aproveitamento da experiência, para dar resposta às mudanças que estão a ocorrer a um ritmo inédito.

Não fará, pois, sentido sermos exaustivos em medidas, muitas das quais dependem de negociações complexas com sindicatos, autarquias, associações de estudantes ou de pais, numa palavra, com a sociedade, com a economia e com as comunidades culturais e científicas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O que importa, sim, é sermos claros no sentido que queremos trilhar e nas mudanças fundamentais que propomos.

Não se trata, porém, de solicitar um voto de confiança mas, sim, de assumir que a «prioridade à educação» exige que os tempos para conceber, para negociar e para decidir se tornem evidentes para todos, a partir da ideia da partilha de responsabilidades.

Aplausos do PS.

Desejamos, por isso, associar a Assembleia da República na tarefa mobilizadora de tornar a educação e a formação objectivos nacionais no combate pacífico, a que não poderemos dar tréguas, contra a ignorância e a exclusão baseadas nas desigualdades respeitantes ao conhecimento e à qualificação das pessoas.

Os índices portugueses relativos à educação constituem grave motivo de alerta. A título de exemplo, recordamos que em 1991 cerca de 66% da população activa tinha um máximo de 6 anos de escolaridade; que existiam ainda cerca de 19% da população entre os 15 e os 64 anos que ou eram analfabetos (7%) ou não chegaram a concluir o 1.º Ciclo do Ensino Básico (12%); e que de toda a população apenas 283 000 possuíam um curso superior completo.

E o certo é que situações excepcionais como esta merecem e exigem medidas excepcionais.

Não basta, porém, agir pontualmente, nem pretender alterar radicalmente o funcionamento da educação.

Não nos esqueçamos que as sociedades não se mudam por decreto. Ou bem que há motivação e empenhamento ou corremos o risco de nada poder alterar de significativo, apesar das boas intenções e dos decretos-leis, de que, aliás, o inferno começa a estar cheio.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Impõe-se, por isso, promover a participação social, redefinir o papel estratégico do Estado e a responsabilidade da sociedade; modernizar, regionalizar e descentralizar a administração educativa...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Regionalizar, é o que vamos ver!

O Orador: — ..., assegurando o equilíbrio dinâmico entre as funções centrais da concepção, arbitragem, regulação, identificação e correcção das assimetrias, por um lado, e o desenvolvimento de projectos diversificados de cada território e comunidade educativa, por outro; desenvolver processos de informação e alargar as redes de comunicação, fazer do sistema educativo um mosaico interactivo de escolas e de cada escola um catalisador local na formação.

Aplausos do PS.

A centralização tradicional deve dar lugar à transferência de competências, recursos e meios para os órgãos do poder local, com salvaguarda, no entanto, da autonomia das escolas.

É uma negociação que está em curso com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, pela qual pretendemos que as infra-estruturas do ensino obrigatório sejam transferidas para os municípios, com os meios financeiros correspondentes.

Importa estabelecer uma nova relação de confiança entre Estado e municípios que permita aproximar a gestão dos equipamentos das populações e dos cidadãos, sanar os diferendos herdados e garantir a autonomia das escolas, dentro de uma rede mais ampla de serviços e de apoios multidisciplinares.

Descentralizar não pode, porém, ser um processo formal, deve dinamizar as políticas educativas nos diversos territórios em que se desenvolvem, apoiando formas diversificadas de gestão integrada de recursos e favorecendo a adaptação às especificidades locais, em nome do pluralismo e da coesão nacional.

Pretendemos também reinvindicar a introdução na educação da prospectiva e do planeamento para fundamentar decisões, o que terá de ser completado pela avaliação e pelo acompanhamento de execução das políticas públicas, pela melhoria da qualidade das estatísticas e pela sua divulgação periódica e atempada.

Já foi feito um esforço muito significativo, o que permite termos já disponíveis informações actualizadas até 1994, mas há ainda um longo caminho a percorrer que permita melhorias nos instrumentos de notação estatística, na recolha, no tratamento e na circulação de informação, bem como na sua apresentação útil e oportuna.

As novas tecnologias de informação e comunicação desempenharão, neste contexto, uma função essencial.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A criação de uma rede baseada nas novas tecnologias da informação e da comunicação permitirá melhorias no funcionamento do sistema, não apenas no tocante à Administração mas também quanto ao funcionamento das escolas e das tarefas pedagógicas.

O programa Nónio/século XXI, criado em homenagem a um grande cientista português — Pedro Nunes —, pretende ligar os dois aspectos, favorecendo, através de subprogramas específicos, a introdução de novas tecnologias nas escolas, a formação de professores, a criação de software educativo e a cooperação internacional.

Pretendemos consagrar um novo lugar e uma nova finalidade para o ensino secundário, na sua dupla qualidade de ciclo intermédio de prosseguimento de estudos e de ciclo de formação terminal, reconhecendo a diversidade de vias de ensino e formação sempre qualificantes, bem como promover o desenvolvimento equilibrado do ensino superior, alargando a oferta do ensino superior público, de acordo com o princípio «ensino superior para o maior número nas melhores condições», reequacionando o financiamento do ensino superior, consolidando a relação do Estado com as instituições, expandindo a acção social escolar e estabelecendo a participação financeira dos seus beneficiários mais directos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A estes pontos urge acrescentar a valorização, dignificação e responsabilização dos profissionais de educação — os professores, os educadores e os funcionários.

Está já em curso a negociação respeitante aos estatutos das carreiras, em ligação com o que está estabelecido para a função pública.

Começaremos pelos artigos não regulamentados do estatuto da carreira docente, procurando assim corresponder a uma legítima pretensão dos professores no sentido do

reconhecimento do papel essencial e insubstituível dos educadores e professores para a melhoria da qualidade do ensino e das aprendizagens.

Cabe ainda referir a promoção da educação e da formação como um contínuo e como um processo permanente ao longo de toda a vida.

A formação de base dos jovens, que deverá ter cada vez maior qualidade, terá de articular-se com actividades formais e informais de educação permanente e de formação profissional e com o desenvolvimento de oportunidades e ofertas de formação contínua, recorrente ou em alternância.

Nos dias de hoje, as políticas de educação, de qualificação e de emprego têm de ser intensamente coordenadas.

Trata-se de criar alternativas reais e motivadoras para os jovens com insucesso escolar ou condenados ao abandono precoce, antes do termo da escolaridade obrigatória, mas também de apoiar a inserção no mercado de trabalho após a escolaridade obrigatória ou o termo do ensino secundário.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nesta perspectiva e num espírito de diálogo permanente, propomos à Câmara e a todos os protagonistas do processo educativo dez compromissos de acção, que deverão ser desenvolvidos na acção legislativa e governativa.

Antes de mais, refira-se o imperativo da descentralização das políticas educativas e a transferência de competências para os órgãos do poder local, como já referi.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Pretende-se transferir gradualmente e de forma negociada poderes e competências para os órgãos do poder local no domínio das infra-estruturas, da acção social, da coordenação intersectorial de níveis e modalidades de formação, de animação sócio-educativa e de complemento curricular no âmbito da educação pré-escolar e do ensino básico, além do lançamento de uma política de reordenamento territorial no tocante à rede escolar, incentivando a elaboração de cartas escolares concelhias, e da dinamização dos conselhos locais de educação.

Aplausos do PS.

Impõe-se fazer da escola o centro privilegiado das políticas educativas. Estão em causa a autonomia e a responsabilidade, num processo gradual baseado na celebração de «contratos de autonomia», apoiando o desenvolvimento de formas diversificadas de organização pedagógica e administrativa, bem como a alteração do modelo de direcção, gestão e administração das escolas, de acordo com a realidade multifacetada que temos, a apresentar pelo Governo a esta Assembleia no final do ano lectivo de 1996/97, tendo como base a experiência recente.

Propõe-se a criação de uma rede nacional de educação pré-escolar como factor decisivo de igualdade de oportunidades e de combate ao insucesso escolar e ao abandono precoce. Apresentámos, por isso, a esta Assembleia como primeiro passo legislativo a proposta de lei-quadro, já agendada para discussão na generalidade.

Prevemos, para o efeito, um investimento público, para quatro anos, de 20 milhões de contos, correspondendo a 6 milhões de investimento em infra-estruturas e o restante para pagamento de educadores e auxiliares.

Pretende-se atingir até 1999, 90% da cobertura das crianças dos 5 anos de idade, 70% das crianças dos 4 anos e 60% das de 3 anos, através da complementariedade entre iniciativas do Estado e das autarquias locais e dos sectores cooperativo e social e privado, indo ao encontro das necessidades das famílias.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nunca como agora o Estado se dispôs a fazer um esforço tão significativo, cujo êxito dependerá do dinamismo da sociedade e em especial do poder local. Teremos oportunidade de voltar a este tema ainda este mês no debate parlamentar sobre a proposta de lei-quadro que já referi.

Na sequência do que fica dito, impõe-se ainda melhorar a qualidade do processo educativo, quer pelo lançamento de programas de divulgação e promoção da inovação e da qualidade educativa, que articule experiências, recursos e meios que já existem de modo disperso no sistema, quer pelo desenvolvimento de medidas visando a promoção das aprendizagens e o sucesso de uma escolaridade para todos, designadamente os que tenham necessidades educativas especiais, quer ainda pela revisão curricular nos ensinos básico e secundário e pelo lançamento de programas respeitantes ao reforço e desenvolvimento do ensino experimental, da educação e formação artística, das bibliotecas e mediatecas escolares, da cultura tecnológica, da educação ambiental e da formação pessoal e social.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sublinhe-se, em relação à qualidade da escola, a importância que entendemos dever ser atribuída à segurança e à promoção da saúde, nomeadamente, no combate a droga e à toxicodependência.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Permite-se-me que saliente, ainda, a importância que, num pacto educativo para o futuro, deve ter a valorização da identidade nacional e da cidadania. A cultura e a língua portuguesa são factores fundamentais de coesão, de conhecimento próprio e de afirmação da nossa especificidade num mundo em que a pluralidade de pertenças deve ser um factor de enriquecimento mútuo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A educação para a cidadania democrática deverá também ocupar um lugar privilegiado no futuro das nossas escolas. É tempo de criar espaços de responsabilidade cívica, de autonomia, de liberdade e de solidariedade com expressão na vida educativa. A dimensão europeia na educação e o culto de um patriotismo democrático universalista devem ser realçados nas escolas e nas comunidades educativas.

Aplausos do PS.

Não voltarei, em pormenor, ao que já afirmei relativamente a outros três compromissos: o de assegurar a educação e a formação como um processo permanente ao longo da vida; o de garantir a formação para a vida activa e a relação entre educação e formação e o da valoriza-

ção e dignificação do papel dos professores, educadores e funcionários e de todos os parceiros educativos.

Está em causa, designadamente, a coordenação de políticas, o lançamento de formação profissional para os jovens que concluirão a escolaridade obrigatória, uma política integrada de formação inicial de jovens, designadamente também os que tenham abandonado a escolaridade obrigatória, a diversificação de vias de educação e formação no ensino secundário ou o desenvolvimento de políticas que favoreçam e intensifiquem a articulação da escola com a empresa, o mundo do trabalho e a criação do observatório de entradas na vida activa.

Por outro lado, impõe-se negociar as alterações ao estatuto das carreiras docentes dos educadores de infância e dos professores dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário, envolvendo evolução da carreira, avaliação do desempenho, consequências no regime jurídico da formação contínua dos professores, redefinição do sistema de colocação dos professores do ensino não superior, visando a estabilidade do corpo docente das escolas, privilegiando as colocações plurianuais e o incentivo à fixação de professores em zonas isoladas.

Aplausos do PS.

Outro dos compromissos diz respeito aos sistemas de financiamento da educação. O Estado não poderá eximir-se às suas responsabilidades: a prioridade à educação obriga a prosseguir um forte investimento, hoje ainda necessário por haver zonas do País onde ainda se regista crescimento da população escolar no 3.º ciclo e no ensino secundário, nas áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e por se tornar indispensável substituir os equipamentos provisórios instalados há 15 e 20 anos e que o uso intenso fizeram chegar ao fim da sua vida útil.

Há um esforço colectivo que tem de ser feito, envolvendo: a melhoria da organização administrativa, a fim de que os dinheiros dos contribuintes sejam melhor utilizados e sem desperdícios; a delimitação de competências das administrações central, regional e local; o financiamento da escolaridade obrigatória no sentido da gratuidade; o financiamento do ensino secundário, admitindo soluções diversificadas envolvendo a estabilização e consolidação do subsistema das escolas profissionais e o financiamento do ensino superior, considerando quer os aspectos de funcionamento, investimento, incentivos, contratos de desenvolvimento e contratos-programa, quer a acção social escolar e as propinas.

Sobre este último ponto da maior importância e sensibilidade social, o Governo elaborou, e está em fase de negociação, uma proposta de lei, a debater no início da próxima sessão legislativa, centrada na questão do financiamento, ciente de que o esforço exigido ao Estado em termos de investimento não pode nem deve abrandar na lógica do desenvolvimento estratégico do ensino superior e de que a taxa de esforço exigida às famílias e aos estudantes portugueses deve ser ponderada, tendo em vista a melhoria da qualidade, mas não esquecendo os grandes objectivos da igualdade de oportunidades, da equidade e da democratização.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O sistema de financiamento que o Governo pretende instituir assenta numa visão integrada do papel dos seus principais intervenientes — o Estado, as

instituições do ensino superior, os estudantes e as famílias — e insere-se num quadro mais amplo onde se articulam autonomia, avaliação e financiamento.

Está em causa, ainda, promover o desenvolvimento equilibrado do ensino superior. Estabelece-se a necessidade de ampliar o esforço nacional no ensino superior, de modo a responder às necessidades do País numa fase crucial do seu desenvolvimento, satisfazendo escalões de qualificação e motivação compatíveis com a integração europeia, estimulando níveis elevados de formação, reconhecendo e premiando a qualidade e a competitividade do subsistema do ensino superior, considerando a internacionalização e as legítimas aspirações dos portugueses. Para além do financiamento, já referido, urge equacionar os temas do acesso, da avaliação das instituições, do reforço da articulação entre o ensino politécnico e o ensino universitário e do sistema de graus e diplomas, o aprofundamento da autonomia, os estatutos das carreiras docentes e os mecanismos de equivalência de habilitações estrangeiras.

Quanto ao acesso ao ensino superior, urge simplificá-lo, devolvendo às instituições de ensino superior a possibilidade de seleccionarem os seus estudantes, sem prejuízo da necessária coordenação interinstitucional e do papel regulador do Estado.

Consideramos oportuno aproveitar este debate para propor alguns ajustamentos à Lei de Bases do Sistema Educativo, procurando adaptá-la às novas circunstâncias e reconhecendo a sua vitalidade ao cabo de 10 anos de vigência.

Tratando-se de competência exclusiva e não delegável da Assembleia, apenas podemos suscitar a questão, para que a reflexão e a eventual decisão sejam consideradas.

Para tanto, e numa lógica de concretização da nossa acção, o Governo propõe a esta Câmara uma alteração ao artigo 12.º da Lei de Bases do Sistema Educativo. Julgamos chegado o momento de introduzir esta mudança há muito sentida como necessária e que a experiência aconselha.

Esclareça-se, ainda no tocante ao acesso, que se visa atingir o objectivo de melhor ensino superior para o maior número, com o aumento progressivo do número de vagas oferecidas pelo ensino público, designadamente nos cursos de componente científico-tecnológica, eliminando progressivamente o *numerus clausus*.

Quanto a avaliação das instituições de ensino superior, visa-se o reforço da qualidade e do rigor, o que torna imperativo o desenvolvimento e consolidação do sistema de avaliação, a impulsionar no ensino universitário e a iniciar no ensino politécnico público e no ensino particular e cooperativo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Um outro domínio da maior importância é o do reforço da articulação entre o ensino politécnico e o ensino universitário e a revisão do sistema de graus e diplomas, por forma a constituir um novo equilíbrio na relação entre as duas vertentes do ensino superior.

Nessa linha, o Governo propõe alterações aos artigos 13.º e 31.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, no sentido da criação de um sistema de graus académicos iniciais — bacharelato e licenciatura — comum aos ensinos politécnico e universitário, que, sem prejuízo dos objectivos diferenciados que as duas vertentes do ensino superior devem prosseguir, estabeleça as condições para a in-

dispensável articulação e a consagração do princípio do reconhecimento mútuo do valor da formação e das competências adquiridas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Ainda neste domínio e no quadro de uma visão integrada do ensino básico, que é a da Lei de Bases do Sistema Educativo, propõe-se que as escolas superiores de educação possam formar os professores para os três ciclos que integram este nível de ensino desde que satisfaçam determinadas condições de ordem científica. Assim, nesta perspectiva, a formação de educadores de infância e de professores do ensino básico será assegurada pelas escolas superiores de educação e pelas universidades, sendo a formação de professores do ensino secundário assegurada apenas e em exclusivo pelas universidades.

Trata-se de propostas visando valorizar o ensino superior no seu todo e adaptá-lo às necessidades educativas, desincentivando o aumento artificial da duração dos cursos do ensino superior e procurando adequá-los às necessidades do emprego, do desenvolvimento económico e social, da integração europeia e da globalização dos mercados.

Consideramos que esta proposta de alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo, que hoje mesmo deu entrada nesta Assembleia, constitui um passo inicial da maior importância para a estruturação de um ensino superior mais equilibrado, mais actuante e mais justo.

A este propósito, quero sublinhar que o Governo, no estrito respeito pela competência exclusiva e não delegável da Assembleia da República nesta matéria, entendeu não proceder a uma consulta formal com os parceiros, porquanto tais diligências apenas poderão caber na esfera própria do Parlamento.

Quanto as carreira docentes, a qualidade pretendida passa pela revisão dos respectivos estatutos. Propom-nos ter em consideração a elevada exigência a que deve estar sujeito o exercício da actividade docente no ensino superior, a dignificação profissional e o princípio da progressão nas diferentes categorias assente em concursos de provas públicas, em que os graus académicos de pós-graduação e as avaliações dos currículos científico e pedagógico devem desempenhar papel fundamental.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Ministério da Educação irá iniciar um amplo debate e uma negociação quanto a esta matéria, nos quais as instituições de ensino superior e as associações sindicais dos professores terão um papel fundamental.

Relativamente às medidas no domínio da equivalência de habilitações estrangeiras, urge compreender que a internacionalização do ensino superior em Portugal exige a alteração das regras e mentalidades no tocante a esta matéria.

Deste modo, os actuais mecanismos legais em vigor para os graus académicos conferidos por instituições de ensino superior dos Estados membros da União Europeia devem ser substituídos por procedimentos de acolhimento mais flexíveis e ajustados às novas realidades políticas e sociais. Nesse sentido está a ser elaborado um projecto de diploma a apresentar em breve às instituições representativas do ensino superior.

Procurar-se-á ainda valorizar e dignificar o papel e a inserção do ensino particular e cooperativo numa perspectiva de globalização e de diversificação do sistema educativo.

Importa favorecer a complementariedade das iniciativas e garantir a liberdade de ensinar e aprender. Estamos, assim, empenhados em tornar claros os mecanismos de diálogo e concertação e em criar condições para que a rede escolar possa ser encarada e planeada no seu conjunto, assumindo cada um, nesse quadro integrado, o seu papel e as suas responsabilidades. Entendemos, por isso, consolidar e reforçar o papel do Conselho Coordenador do Ensino Particular e Cooperativo como conselho de concertação educativa e lançar o processo de revisão dos estatutos do ensino particular e cooperativo nas áreas do ensino não superior e do superior.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, se me dá licença que lhe faça uma observação, com a melhor das intenções, tem 15 pedidos de esclarecimentos e já só dispõe de 12 minutos do tempo inicialmente atribuído.

O Orador: — Terminei já, Sr. Presidente.

Pretende-se assegurar globalmente a estabilidade e a qualidade do ensino particular e cooperativo. No caso do ensino superior, visa-se aplicar de forma progressiva mas rigorosa as normas legais em vigor que estabelecem os parâmetros da qualidade a que devem obedecer os respetivos estabelecimentos e instituições.

O País precisa de um ensino superior particular e cooperativo consolidado, inovador, credível, mas simultaneamente dimensionado de forma adequada às suas reais capacidades, para manter um sistema de ensino superior que nos coloque numa plataforma de actuação compatível com o grau de exigência que implica a nossa posição ao lado dos restantes países da União Europeia.

Em paralelo, entendemos que devem ser desenvolvidas, nomeadamente quanto aos mecanismos da acção social, as condições que permitam concretizar a liberdade de escolha, de acordo com os objectivos estratégicos definidos democraticamente.

Sr. Presidente Sr.^a e Srs. Deputados: O «pacto educativo para o futuro» é um desafio exigente para o Governo, para as instituições democráticas e para a sociedade portuguesa. Não se trata de formular consensos artificiais mas de mobilizar as energias disponíveis.

Há naturais diferenças no pensamento e na forma de estabelecer o quadro das prioridades a assumir. No entanto, ninguém contestará que a educação e a formação constituem hoje uma aposta decisiva para Portugal, no limiar do novo século.

Estamos perante um factor de desenvolvimento que, não podendo ser visto isoladamente ou como exclusivo, assume uma importância incontestável, se quisermos responder de modo audacioso e sem conformismo aos estímulos da sociedade contemporânea.

A riqueza do pacto e a vivência da ambição que este propõe dependerão em larga medida da capacidade que tivermos colectivamente para valorizar as pessoas. A melhor riqueza que possuímos está nas portuguesas e nos portugueses. Aí encontraremos, seguramente, as nossas melhores vantagens comparativas.

Investir na educação não será um «abre-te sésamo» milagroso. Certamente impõe-se, isso sim, apostar no desenvolvimento humano sustentável. Estamos a semear para que as gerações futuras colham.

Não haverá, estamos seguros, tarefa mais nobre e motivadora do que esta em que estamos empenhados.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Como já informei, inscreveram-se 15 Srs. Deputados para pedir esclarecimentos.

O primeiro a inscrever-se foi o Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan, pelo que tem a palavra.

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, o debate de hoje nasce de um equívoco. O Sr. Professor Marçal Grilo não é já Presidente do Conselho Nacional de Educação, no entanto, o documento que nos traz hoje seria, nessa qualidade, um bom parecer consultivo. O Sr. Professor é agora Ministro da Educação, tem agora a tarefa prática, real e concreta de alterar a situação da educação em Portugal.

Para o Sr. Ministro da Educação, permita-me que lhe diga, este texto é mais um texto, é apenas um texto, não é nada mais do que um texto, um somatório de verdades evidentes, um levantamento de problemas já há muito conhecidos, um processo de intenções anunciadas, em português corrente, uma mão cheia de nada.

Durante nove meses, o Ministério da Educação suspendeu e dialogou, dialogou e suspendeu. Esperávamos, hoje, aqui, que surpreendesse e governasse. Sr. Ministro, queríamos coragem e, com coragem, fazer uma mudança do sistema educativo não contra os agentes educativos mas com esta coragem, apesar dos agentes educativos.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro, passemos às perguntas, muito concretas.

Diga-me, por favor, porque não consegui vislumbrar, por que razão este seu pacto não dá respostas simples às perguntas simples da educação em Portugal? Exames eliminatórios, temos ou não? E quanto à obrigatoriedade do ensino do português, da história de Portugal e da matemática?

Sr. Ministro, sei bem que os alunos não são cobaia, mas onde está a reintrodução — em palavras que os portugueses percebem — do chumbo por faltas na escolaridade obrigatória?

Sr. Ministro, para não me alongar mais, para quando a paridade na acção social e entre o ensino público e o privado?

Termino, Sr. Ministro, com uma tentação. Se o nosso pacto era um pacto de mobilização nacional, este pacto vai ser o pacto do adormecimento nacional.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Informado de que o Sr. Ministro responde aos pedidos de esclarecimento em grupos de cinco, dou a palavra ao Sr. Deputado José Calçada.

O Sr. José Calçada (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, parece-nos profundamente significativo que o Ministério de Educação e o Governo nos apresentem, aqui, hoje, um pacto educativo para o futuro em vez de, como provavelmente o País esperaria e está necessitado, um pacto educativo para o presente.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Aliás, em bom rigor, assistimos, aqui, hoje, não ao início da discussão do pacto mas, sim, a mais uma etapa daquilo que podemos considerar a sua sucessiva ultrapassagem, não apenas por razões exteriores ao Governo.

É do nosso conhecimento, Sr. Ministro — e sabe-o tão bem como nós —, que, nas sucessivas apresentações do pacto a docentes e a escolas, rapidamente e passados os primeiros minutos, as escolas começam por se preocupar em colocar ao Sr. Ministro questões concretas, quotidianas, cuja resolução não pode esperar pelo futuro, sendo certo que nelas se pode basear a construção do futuro.

Sr. Ministro, gostaria de lhe colocar algumas questões, por força regimental, para além das generalidades excessivamente consensuais, de tal modo que acabam por perder o seu significado, sobre o que consta no pacto.

A páginas 16, fala-se, no ponto 4.3 do pacto, em «criar uma rede nacional de educação pré-escolar». Se tivermos em atenção o que consta da Constituição da República e o que está explícito na Lei de Bases do Sistema Educativo, é pelo menos significativo, a não ser que se trate de uma gralha — é sempre uma hipótese —, que aqui nada apareça com o conceito de «pública». Seria interessante que aqui constasse uma «rede nacional pública de educação pré-escolar», mesmo que, eventualmente, a nossa perspectiva e a do Ministério pudessem ser diferentes acerca do conceito de «pública».

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP): — Assim está bem!

O Orador: — Mas, pura e simplesmente, mesmo assente essa diferença, a expressão nem sequer aqui consta.

A seguir, e ainda no mesmo domínio, diz-se que a generalização da educação pré-escolar será feita «segundo modalidades diversificadas em função da especificidade dos contextos». Sr. Ministro, os nossos escritores barrocos devem olhar para o Ministério, francamente, com um grande ciúme.

Em relação ao financiamento da educação, assistimos à existência de três curiosíssimos patamares de linguagem. Diz-se no pacto: «o financiamento da escolaridade obrigatória irá no sentido da gratuitidade». Quanto ao ensino secundário, o segundo patamar, já se diz que «deve admitir soluções diversificadas». Ora, se este já não encaixa no sentido da gratuitidade, é porque vai provavelmente num outro sentido que não o da gratuitidade, que deve ficar encaixado nessas talas soluções diversificadas, que não sabemos quais são.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queira terminar.

O Orador: — Terminei já, Sr. Presidente.

Finalmente, fala-se do modelo de financiamento do ensino superior, criando mecanismos de repartição de custos. Apesar de tudo, isto ainda é consensual. A questão é sabermos que mecanismos, que repartição, que custos. É isto que não é dito. Ou seja, nada é dito, Sr. Ministro. Aguardamos ansiosamente alguma concretização em torno destas questões.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto.

O Sr. Sérgio Sousa Pinto (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, gostaria, em primeiro lugar, de o saudar e felicitar pela iniciativa de apresentar à Assembleia da República este pacto educativo, o qual, em nosso entender, vem materializar a vontade de diálogo do Governo, de governar, dialogando, numa área em que o diálogo foi sempre dramaticamente escasso e em que essa ausência foi sempre fatal às reformas profundas que a educação vem reclamando no nosso país.

Este esforço vem contribuir para a busca de soluções de mudança em matéria educativa que co-responsabilizem, tanto quanto possível, todos os agentes educativos e a sociedade portuguesa.

Gostaria especificamente de me referir ao problema da formação cívica dos jovens, em geral, e dos estudantes, em particular, sendo para nós certo que mais importante do que a existência de uma cadeira com esse objecto, que procure tratar curricularmente a educação cívica dos jovens estudantes, é o funcionamento concreto de regras amplas de participação dos estudantes na gestão das escolas. Na verdade, entendemos que só a participação dos estudantes no funcionamento e na gestão do seu estabelecimento de ensino poderá contribuir para a formação de uma consciência cívica atenta aos valores democráticos, justamente porque entendemos que é com a participação na gestão de escola que os estudantes têm oportunidade de se iniciarem verdadeiramente numa intervenção crítica na busca de soluções para os problemas colectivos.

O Ministério e o Estado têm um papel importante na promoção dessa cultura e dessa disposição para um exercício activo dos seus direitos e deveres de cidadania. O que lhe peço, Sr. Ministro, é que, nesta Assembleia, nos dê conhecimento do seu pensamento e do pensamento do Governo em matéria de participação dos estudantes no funcionamento e na gestão das escolas.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Castro de Almeida.

O Sr. Castro de Almeida (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, o Governo montou hoje, na Assembleia, um cenário tal que parecia até que se iniciava, em Portugal, o processo educativo: o Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Ministro da Presidência, para ajudar à solenidade, e um longo discurso do Sr. Ministro da Educação faziam crer que algo de muito importante acontecia no nosso sistema educativo.

Vozes do PS: — Por isso é que o senhor foi convidado!

O Orador: — A verdade, Sr. Ministro, é que o que ouvimos no seu discurso de hoje ouvimo-lo já há muito anos. Pelo menos, já o ex-Ministro Roberto Carneiro, há mais de 10 anos, dizia aquilo que o Sr. Ministro disse, só que com algumas diferenças: na altura, tinha algo de inovador e os números que o Sr. Ministro aqui citou são outros. De facto, nessa altura, a realidade do nosso sistema educativo era bem diferente.

Mas, Sr. Ministro, há uma nota sobre a qual gostaria que nos entendêssemos com toda a clareza. Creio que há um total acordo, um total entendimento, entre o PSD e o Governo, no que respeita à necessidade de estabilizar o nosso sistema educativo. Aliás, como o Sr. Ministro bem sabe, passado o período de discussão e de implementação da reforma, que se iniciou nos governos do PSD, pelos menos nos últimos dois anos...

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP): Dois meses, Sr. Deputado!

O Orador: — ..., o governo tinha já a preocupação de estabilizar o sistema educativo. Assim, estamos completamente de acordo e ao lado do Governo relativamente a todos os esforços que queira fazer para estabilizar o sistema educativo.

Porém, o texto que o Sr. Ministro aqui hoje nos apresenta e a que chama pacto educativo não vai conseguir dar qualquer contributo útil para a estabilidade do sistema educativo.

Vozes do PS: — Ora essa!

O Orador: — Isto, porque o texto apresentado pelo Sr. Ministro é um conjunto de generalidades, de dados adquiridos, de lugares comuns, matérias que estão já consensualizadas entre todos os partidos e que constam da Constituição da República, da Lei de Bases do Sistema Educativo e dos programas eleitorais de todos os partidos representados na Assembleia.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Então, está consensualizado!

O Orador: — O Sr. Ministro pretendeu não desagradar a ninguém e escrever um texto que pudesse merecer o consenso de todos. No entanto, penso que, agindo dessa forma, o Sr. Ministro acaba por merecer a crítica de todos, porque este texto, a que chama de pacto, não representa qualquer compromisso concreto de acção entre o Governo, os partidos políticos e os diversos parceiros do sistema educativo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É por isso, Sr. Ministro, que se, por hipótese, hoje todos assinássemos este texto, a que chama pacto educativo...

A Sr.ª Natalina Moura (PS): — Só lhe ficava bem!

O Orador: — ..., não adviria daí mais estabilidade, nem qualquer melhoria no sistema educativo, no funcionamento das escolas ou no processo de qualificação da educação que pretendemos.

O Sr. Presidente: — Já gastou 3 minutos, Sr. Deputado.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Receio, por isso, Sr. Ministro, que este texto, a que chama pacto educativo, acabe por se transformar no caldeirão para onde o Sr. Ministro «deitará» todos os problemas por resolver, todas as suas angústias por não poder resolvê-los e as frustrações por não os ter resolvido.

Assim, se o Sr. Ministro considerava útil e necessário ter um pacto educativo antes de começar a governar, dizemos-lhe o seguinte: pela nossa parte, está dispensado do pacto educativo e pode começar a governar.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, gostaria de começar por referir aquilo que o Sr. Ministro já afirmou estar farto de ouvir, mas que, na minha perspectiva, também não é por acaso que já ouviu muitas vezes e em diversos locais. É que este pacto educativo assume-se como um conjunto de enunciados gerais, princípios meramente enunciadores de questões, que, de facto, não vão ao campo de acção. A constatação deste facto remete-nos à questão de saber para que vai servir, concreta e efectivamente, este pacto.

Na opinião de Os Verdes, é impossível discutir este pacto sem discutir questões concretas de política educativa. Não é possível ficarmos pela enunciação de aspectos generalíssimos.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Mas é importante!

A Oradora: — O Sr. Ministro já se deve ter apercebido disso nas discussões já realizadas acerca do pacto educativo. A discussão incide sobre as questões particulares do ensino e da educação, porque essas são, de facto, as que os protagonistas da educação vivem no dia-a-dia e com as quais se confrontam. O próprio Sr. Ministro, na sua intervenção, teve de concretizar alguns aspectos e abordar algumas questões concretas, porque, na verdade, isso é inevitável.

Assim, é possível dizer que a discussão do pacto educativo, em certa medida, já fracassou, porque não é o pacto educativo que se discute, porque os agentes da educação não se desmobilizam de discutir questões concretas e, daí, não desviam a sua atenção para o pacto educativo.

Neste sentido, estou a procurar dizer que aquilo que parece é que o Governo, neste momento, procura deslocar a discussão das questões da educação para o pacto educativo e, portanto, para aquelas questões gerais e muito consensuais, como aqui já foi referido, e desviar a atenção das outras questões concretas, que, na realidade, merecem um efectivo diálogo e uma efectiva auscultação dos ditos protagonistas da educação.

Para além disto, o pacto utiliza comumente uma linguagem pouco precisa e ambígua, uma linguagem própria das generalidades.

Por outro lado, há dois princípios, que gostaria de ver aqui esclarecidos. O pacto fala da massificação da frequência de vários níveis de escolaridade; fala da universalização da escolaridade básica e da acrescida difusão dos níveis secundário e superior. Fala-se, depois, do alargamento progressivo do número de vagas no ensino superior público para permitir aos estudantes optar entre o público e o particular. Assim dito, pura e simplesmente, nunca se atingirá este objectivo anunciado, que é o da possibilidade de todos poderem optar pelo particular ou pelo público. O particular é um recurso e, de acordo com aquilo que é dito, continuará a sê-lo, a menos que o objectivo seja a efectiva eliminação do *numerus clausus*. É este, ou não, um objectivo do Governo PS? O pacto di-lo? Portanto, aquilo que gostaria de saber é se o pacto o diz de uma forma tímida ou se, pura e simplesmente, não o diz.

Quanto à questão do financiamento — e já aqui foi referido aquilo que se diz relativamente ao ensino básico, secundário e superior —, o Governo é, ou não, favorável ao princípio da progressiva gratuidade de todos os graus de ensino? A educação é para todos, ou não? É para ser encarada como base fundamental para o desenvolvimento do País e da sociedade, ou não?

Por último, quando o Sr. Ministro ouviu as organizações de juventude partidárias e não convocou os jovens de Os Verdes para esse efeito, que critérios é que utilizou? Isto, para saber, no fundo, que critérios é que o Governo utiliza para dialogar, porque a lógica parece continuar a ser a de dialogar, sim, mas só com alguns.

O Sr. Presidente: — Para responder aos cinco primeiros pedidos de esclarecimento que lhe foram formulados, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou particularmente satisfeito com a forma como os Srs. Deputados se referiram a este meu discurso. Ninguém pôs em causa nenhum dos grandes objectivos que aqui tracei.

Vozes do PS: — Exacto!

O Orador: — E aquilo que os Srs. Deputados têm hoje de dizer é se querem verdadeiramente, ou não, atingir determinados objectivos. Ou seja: querem, ou não, ter pré-escolar para 90% das crianças com cinco anos, até 1999?

Aplausos do PS.

Querem, ou não, valorizar a carreira docente através de um processo de diálogo e de um processo que seja exigente nas carreiras docentes? Querem, ou não, fazer a descentralização para as autarquias? Querem, ou não, fazer da escola o centro das políticas? Querem, ou não, que a escola assuma um papel de grande autonomia em relação ao Ministério?

Isto é que os Srs. Deputados têm de dizer!

O problema é que, quando falo em aspectos globais, os senhores querem uma «árvore de Natal», como o Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan, que pretende que eu diga se o português é obrigatório, se há exames, ou se o francês tem duas horas. Ou, então, quando apresento aqui, em nome do Governo, duas propostas de lei, uma, da maior importância, sobre a educação pré-escolar e; outra, sobre a alteração à Lei de Bases, os senhores querem tratar de outras matérias.

Portanto, temos de entender-nos. A educação é uma prioridade e não quero, nem o Governo pretende, que ela saia do debate político. Porém, em nome do povo português, temos de nos pôr de acordo sobre objectivos. É que o povo português não entende que andemos a discutir questões na área da educação que são consensuais.

Aplausos do PS.

Sr. Deputado Castro Almeida, tenho uma grande admiração pelo Engenheiro Roberto Carneiro e ainda bem que V. Ex.^a disse o que disse, em relação à repetição dos discursos, porque isso só significa que depois do Engenheiro Roberto Carneiro nada mais se passou em termos destes objectivos.

Aplausos do PS.

Não tenho qualquer receio de traçar políticas que tenham a ver com a Sr.^a Dr.^a Manuela Ferreira Leite, com o Sr. Engenheiro Roberto Carneiro, com o Professor Veiga Simão ou com o Professor Fraústo da Silva. Nenhum!

Não tenho qualquer dúvida em dizer aqui que estou de acordo com os exames nacionais, tal como foram criados pelo governo anterior.

Não tenho qualquer dúvida em dizer aqui que estou de acordo com o modelo diversificado de ensino superior, tal como ele foi implementado pelo Professor Veiga Simão.

Agora, não podem é vir-me dizer que são generalidades objectivos claramente entendidos pelo povo português. Todos nós entendemos o que é o pré-escolar e, como esta Câmara sabe, o Governo anterior definiu, por duas vezes, o objectivo dos 90% para as crianças com cinco anos de idade — fê-lo no primeiro e no segundo PRODEP e o crescimento não foi além dos 5%, relativamente à cobertura das crianças.

O que pretendo é que os senhores digam se querem, ou não, prosseguir, nos próximos três anos, este objectivo e mobilizar os meios que nós já mobilizámos para podemos atingi-lo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, depois da sua intervenção na abertura deste debate, quase que nos interrogariamo se se justificaria formularmos um pedido de esclarecimento. Isto, porque o Sr. Ministro, em vez de fazer aqui um discurso de facto, fez, permita-me dizer-lho, um discurso de pacto. Isto é, um discurso, à semelhança do texto do pacto educativo, generalista e sem atender às condições necessárias à educação em Portugal e aos problemas fundamentais hoje em discussão.

Quanto a nós, há diversas questões essenciais, entre as quais me vou referir a uma em particular. Julgamos que há, hoje em dia — e até concretizando, de alguma maneira, aquelas que são as intenções do Governo em relação a algumas questões colocadas no pacto educativo —, uma questão fundamental, que é a do financiamento do ensino superior. E nesta questão, o Governo parte do princípio — e isto num documento que ainda não é uma proposta de lei, mas uma proposta para discussão —, a nosso ver muito grave, de que os estudantes devem participar no financiamento do ensino superior público. Ora, isto equivale a defender o princípio da desresponsabilização do Estado no financiamento do ensino superior público — e esta é a questão mais grave nesta matéria —, mas, para nós, a primeira prioridade devia ser, sim, a do alargamento do ensino superior público.

O Sr. Ministro referiu, várias vezes, na sua intervenção, este alargamento, mas o facto é que, para além das palavras, nenhum sinal foi ainda dado neste sentido.

Já agora, gostaria também de deixar uma nota em relação à questão do financiamento e à mesma proposta sobre a Acção Social Escolar.

Nesta matéria, há uma questão gravíssima, que é o princípio da limitação e a machadada, deixe-me dizer-lhe, que se dá à Acção Social Escolar, limitando a abrangência das bolsas de estudo e introduzindo um conceito originalíssimo, o dos empréstimos.

Para nós, esta questão dos empréstimos, que servirão, em muitos casos, segundo a proposta que é conhecida, para cobrir aquilo que seria a função da Acção Social Escolar, é também uma forte desresponsabilização do Estado nesta matéria. E o que se esconde sob esta capa dos empréstimos é a negação da Acção Social Escolar a uma série de estudantes.

E já não falo aqui, a não ser para fazer uma referência muito breve, nos problemas levantados pelos conceitos, como «estudante elegível» e «estudante mais carenciado», que não se sabe muito bem o que é nem como se define. A questão dos empréstimos e da desresponsabilização do Estado é gravíssima.

O Sr. Presidente: — Peço-lhe que termine, Sr. Deputado.

O Orador: — Termino já, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, a questão dos empréstimos, da desresponsabilização do Estado e do empurrar dos jovens

para o endividamento e para um ónus sobre a sua vida activa, no início dela, com as condições que existem, como todos sabemos, nas saídas profissionais, agrava ainda mais o início de vida activa.

Devo dizer-lhe, tal como fez o meu camarada José Calçada, que este pacto está, de facto, ultrapassado. Houve uma ultrapassagem do pacto pelo próprio Governo, tendo em conta as questões que já apresentou. Resta saber se esta ultrapassagem é pela esquerda ou pela direita, mas quer-nos parecer que é pela direita!

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, gostaria apenas de referir que considero um desrespeito o facto de o Sr. Ministro da Educação não ter respondido às questões que lhe foram colocadas pelo Partido Ecologista Os Verdes e de, pura e simplesmente, as ter ignorado. De duas, uma: ou fingiu que não as ouviu ou não lhe interessou ouvir! Considero, portanto, muito grave — e quero deixar isso aqui expresso — que o Sr. Ministro da Educação tenha feito aquilo que acabou de fazer.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, a sua interpelação está registada. O Sr. Ministro tomá-la-á em conta como entender.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pereira Marques.

O Sr. Fernando Pereira Marques (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, poderemos dizer, a partir dos pedidos de esclarecimento que aqui foram feitos, que se retrataram dois tipos de oposição: uma, que não se conforma com a alternância e com o facto de ter perdido o poder e, outra, que desistiu de ambicionar algum dia vir a ser poder e, por isso, acusam esta iniciativa do Governo de ser uma mão cheia de nada, mas são contra; de ter uma série de matéria consensual, mas são contra; de ser composta essencialmente de generalidades, mas são contra e, inclusivamente, pudemos ouvir o Sr. Deputado Castro Almeida, que já se ausentou da Sala, preocupar-se com a estabilidade, o que não deixa de ser irónico, por vir de um ex-Secretário de Estado do anterior governo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista felicita o Governo e V. Ex.^a por esta iniciativa, porque partilhamos com o Governo esta preocupação em relação ao facto de ter de ser assumida a educação e a formação como prioridades políticas e objectivos de carácter nacional;...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... porque temos consciência da necessidade de mobilizar energias, vontades e esperanças em torno destas questões fulcrais para o nosso presente e para o nosso futuro;...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... porque consideramos que é preciso concertar esforços, co-responsabilizar e mudar de atitudes;

e porque também temos consciência de que é necessário redefinir as relações existentes entre o Estado e a sociedade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, não somos contra e queremos partilhar, enquanto grupo parlamentar e enquanto partido, neste esforço que deve ser nacional.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas, precisamente porque estamos nessa atitude construtiva, também estamos numa atitude crítica, por isso quero sublinhar, Sr. Ministro, que, neste pacto que nos é proposto — e não entendemos se os partidos da oposição são contra a simples ideia de um pacto ou especificamente contra este pacto —, não vimos suficientemente desenvolvida uma matéria que nos tem preocupado ao longo dos últimos anos, que é a questão da educação artística, com a qual sempre nos temos preocupado, sublinhando a importância na definição de um projecto cultural e educacional para o povo português.

Pedimos, pois, Sr. Ministro, que nos dê alguns elementos sobre esta questão e que na rediscussão, que tem de continuar, desta iniciativa seja dada a esta componente fundamental da educação e do ensino a devida importância.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Cesário.

O Sr. José Cesário (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, antes de mais permita-me que o felicite por se ter feito acompanhar por Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro. Julgo que é uma prova clara de solidariedade no momento em que o Partido Socialista desautoriza claramente o Governo, ao recusar o agendamento anunciado da proposta de lei sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Vozes do PS: — Essa agora!

O Sr. António Braga (PS): — Está mal informado!

O Orador: — Já agora, teria sido bom que o Sr. Ministro da Educação se fizesse acompanhar também do Sr. Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, Pina Moura, que, como criador de factos e verdadeiro campeão da intriga, era capaz de criar aqui um cenário em que demonstrasse aquilo que ninguém vê, que é a existência de uma política coerente e profunda de educação por parte do Governo.

Devo dizer-lhe, Sr. Ministro, que lamento ver o técnico Marçal Grilo, o homem que elegemos para Presidente do Conselho Nacional de Educação, o conhecedor profundo das questões da educação, já que o consideramos como tal...

Aplausos do PS.

..., passar tão rapidamente do período de graça para um período de desgraça. Efectivamente, devo dizer-lhe que lamentamos vê-lo impotente para poder consumar a paixão de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro.

V. Ex.^a anuncia a busca da eficácia e, por azar seu, começam as provas do ensino secundário e, logo no pri-

meiro dia, tem de anular uma e aparece um erro noutra; V. Ex.^a recomenda imparcialidade e assiste ao aparelho do Partido Socialista impor à máquina política do seu Ministério o mais incrível clientelismo;...

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Orador: — ... V. Ex.^a anuncia diálogo e, de seguida, apresenta uma proposta de lei de alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo sem dialogar com os agentes educativos e com a sociedade portuguesa, procurando desculpar-se, remetendo para esta Assembleia a realização deste diálogo.

Sr. Ministro, não basta dizer que quer saber se queremos mudar o sistema educativo, nós é queremos saber o que é que V. Ex.^a e o Governo querem fazer em concreto, para promover essa mudança!

O Sr. Ministro coloca a tónica na questão da humanização das escolas e na democratização do sistema.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — O que é que acha?!

O Orador: — Por exemplo, a questão da Ação Social Escolar não faz parte, de uma forma clara, dos 10 compromissos de acção. E deixe-me perguntar-lhe: como é que V. Ex.^a pode anunciar — e nós lhe podemos reconhecer — boa fé e verdade no objectivo da expansão da Ação Social Escolar quando os serviços do seu Ministério recusam aos estudantes carenciados do ensino básico apoios para a realização de viagens de estudo, como se pode demonstrar claramente por orientações recentes da Direcção Regional da Educação do Centro?

O Sr. Presidente: — Peço-lhe que termine, Sr. Deputado.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Como é que podemos, de facto, tornar por claro o objectivo de descentralizar as políticas educativas para as autarquias locais quando não percebemos — e eu, francamente, não percebo — o que é que significa a coordenação inter-sectorial de níveis e modalidades de formação colocada ao nível das autarquias locais? Será que isto não vem colidir com a autonomia pedagógica dos estabelecimentos de ensino ao nível do ensino básico?

Sr. Ministro, esteja descansado, porque, pela nossa parte, queremos mais e melhor educação e nós — pelo menos nós — vamos ajudá-lo a continuar em funções e a cumprir os objectivos que tem pela frente.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado José Cesário, não me leve a mal, mas a expressão «campeão da intriga», dirigida a um membro do Governo, está completamente fora dos mais elementares cânones parlamentares.

Aplausos do PS.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Marta.

O Sr. Carlos Marta (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, como já foi dito por colegas da minha bancada, por outros parlamentares e por vários parceiros sociais, este pacto educativo é um pacto de generalidades.

Lamento, no entanto, o facto de este pacto, que nos traz aqui para discussão e debate, não ter qualquer referência ao desporto na escola. Se juntarmos a isto, por um lado, o facto de o actual Governo ter parado os investimentos ao nível das infra-estruturas desportivas nas escolas portuguesas e, em particular, a construção de pavilhões desportivos e, por outro, o cancelamento da organização, em Portugal, dos campeonatos europeus do desporto escolar, que são factos lamentáveis, teremos de lamentar a política que está a ser seguida pelo seu Ministério na área do desporto na escola.

O Sr. Ministro sabe, tão bem como nós, que não pode haver uma escola de sucesso, viva, participada e aberta ao exterior se faltar esta componente essencial, que é o desporto. As actividades desportivas para os jovens são uma oportunidade de eles poderem competir consigo próprios e com os outros, de poderem conviver, fazer amigos, criar um espírito de tolerância e solidariedade e, sobretudo, criar um grande espírito associativo, que vai ser fundamental para a vida activa e em comunidade.

Por outro lado, o desporto é também fundamental para a ocupação dos tempos livres dos jovens. Nesse sentido, julgo que é também um combate muito claro e muito sério contra a droga, a prostituição e a delinquência que, cada vez mais, afectam a nossa sociedade.

É por tudo isto, Sr. Ministro, que gostaria que me dissesse se foi de propósito ou por esquecimento que o Governo, neste pacto educativo, não fez qualquer referência ao desporto na escola. Julgamos que o desporto é fundamental para a formação integral dos nossos jovens que estão nas escolas, porque uma escola sem desporto não é escola.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, temos muito pouco tempo para discutir estes assuntos da política educativa, que são importantes, por isso, a minha pergunta vai ser suficientemente sucinta para que também tenhamos, por parte do Sr. Ministro, uma resposta clara e sucinta.

Sr. Ministro, como é possível, depois de o termos ouvido aqui equacionar um mar imenso de longas intenções, construir um consenso sobre essas mesmas intenções, imprecisas e vagas, para, depois, assistirmos à adopção de medidas avulsas que chegam ao conhecimento desta Assembleia, dos professores, dos alunos e dos pais através da comunicação social?

O Sr. António Filipe (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Como é possível equacionar uma vivência pacífica entre alguns enunciados do texto que o Sr. Ministro acabou de referir há pouco e as decisões, por exemplo, tomadas na reunião do Conselho de Ministros no passado dia 11 de Junho?

O Sr. António Filipe (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Como é possível o Sr. Ministro acabar de assumir, nesta Assembleia, a defesa da Lei de Bases do Sistema Educativo e da Constituição da República Portuguesa e, simultaneamente, a reunião do Conselho de

Ministros do passado dia 11 de Junho ter declarado guerra a estes dois documentos basilares do sistema educativo?

O Sr. António Filipe (PCP): — Exactamente!

A Oradora: — Como é possível ouvir o Sr. Ministro, há pouco, falar na defesa de uma escola para todos, numa ambição nacional e no consenso de todos os parceiros e de todos os protagonistas e, ao mesmo tempo, assistirmos a uma decisão do Conselho de Ministros que estigmatiza os nossos alunos, que os coloca no *ghetto* do insucesso, que os marginaliza, depois da sociedade já os ter marginalizado?

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para responder aos últimos cinco pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação: — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostava de dizer à Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia que me penitencio por não ter recebido o Partido Ecologista «Os Verdes», concretamente a juventude, mas, certamente, ficará marcada entre nós uma reunião tão rápido quanto possível para ambos.

Começo pela Sr.^a Deputada Luísa Mesquita. V. Ex.^a fala em medidas imprecisas e vagas e em medidas avulsas; refere-se à reunião do Conselho de Ministros do dia 11; fala de um atentado à Constituição, de um estigma que o Conselho de Ministros do dia 11 terá introduzido, através de não sei o quê... Ora, o que lá se passou foi a tomada de uma iniciativa, por parte do Governo, que, em minha opinião, é da maior importância e significa esta Assembleia. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que, hoje, deu entrada no Parlamento e que a Sr.^a Deputada terá ocasião de analisar, debater e votar, que visa uma alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo, que por ser uma competência exclusiva da Assembleia, não delegável no Governo,...

Vozes do PS: — Exactamente!

O Orador: — ... este decidiu apresentar à Assembleia sem ouvir formalmente, de propósito, os parceiros sociais. Tal como se fez aquando da discussão da lei de bases, em 1986, foi o Parlamento, como se deve recordar, porque, certamente, era na altura Deputada, que ouviu os parceiros sociais, e não o Governo, porque este não apresentou qualquer proposta de lei, já que todos os projectos aqui discutidos foram da iniciativa dos grupos parlamentares.

Assim, a questão em causa é a de saber: qual é o atentado à Constituição? Depois, V. Ex.^a dir-me-á...

Quanto ao desagendamento, devo dizer que ele foi acordado com o Governo, por uma razão simples: é que, havendo uma marcação do debate para o dia 4 de Julho, que foi acordado connosco, de forma a que o Parlamento possa ter o seu período de consulta aos vários parceiros, parece-me...

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Há pouco, o Sr. Ministro não sabia!

O Orador: — Não sabia?!

O Sr. António Filipe (PCP): — Há pouco não sabia!

O Orador: — Fui eu que falei nele! Como é que não sabia?!

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Não sabia!

O Orador: — Peço desculpa, mas falei no agendamento do pré-escolar.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Não sabia!

O Orador: — Peço desculpa, mas até posso dar-lhe o texto. Falei no agendamento do pré-escolar, o que foi feito connosco; o outro também foi desagendado connosco. Não vejo nisto qualquer problema de maior; V.V. Ex.^a é que estavam convencidos de que eu não sabia, mas eu sabia.

Risos do PS e do PSD.

Em relação ao desporto, se me é permitido dizer, penso que o Sr. Deputado Carlos Marta tem razão. O desporto é, para nós, uma matéria da maior importância, e foi por isso que nós, no Conselho de Ministros...

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — O desporto não é só o futebol!

O Orador: — Estou a falar do desporto escolar!

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Se é assim, estamos de acordo. Mas isso é para todo o Governo?

O Orador: — O Ministério da Educação, há duas semanas, apresentou ao Conselho de Ministros dois diplomas relativos ao desporto escolar: um, cria o gabinete para coordenar o desporto escolar; o outro, cria a federação do desporto escolar. Posso dizer que neste momento já temos pronto o programa de desporto escolar para o ano lectivo de 1996/97.

Quanto aos pavilhões, permita-me que lhe diga, mas está mal informado. O programa «Pavilhões ano 2000», que incluía cerca de 100, está concluído, e os 56 protocolos existentes serão todos cumpridos com as autarquias até 1997. Já disse isto nesta Câmara, aquando do debate, na especialidade, do Orçamento do Estado para 1996.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Bernardino Soares, e que se prendem um pouco com o que foi dito pela Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, gostava de dizer que hoje não posso fazer esse debate, sob pena de esvaziar aquele que iremos ter que fazer quando for apresentada a proposta de lei sobre o financiamento do ensino superior. Como sabe, Sr. Deputado, será uma proposta de lei, mas ainda é um documento preliminar, que foi distribuído a todos os parceiros, ao Conselho Nacional de Educação, às associações de juventude, através do Conselho Consultivo de Juventude, ao Conselho de Reitores, às associações de estudantes e ao Conselho do Ensino Superior Politécnico. V. Ex.^a teve ocasião de discutir comigo, no meu gabinete, esse documento, quando tive ocasião de receber a Juventude Comunista Portuguesa, e não vamos agora fazê-la quando discutimos o pacto. O que quero que V. Ex.^a discuta aqui é a matéria que está hoje em debate, que é da maior importância.

É esta a questão que está hoje aqui colocada, que foi colocada por nós, no Parlamento. A proposta de lei hoje apresentada é para os Srs. Deputados se pronunciarem

sobre se pretendem o mesmo sistema de acesso ou se querem que o sistema de acesso permita, através de uma alteração ao n.º 2 do artigo 12.º da Lei de Bases, que sejam as instituições do ensino superior a seleccionar os seus próprios estudantes. É sobre isto que o Sr. Deputado se deve pronunciar e não propriamente sobre a proposta de lei que há-de aqui dar entrada no próximo Outono.

O Sr. Deputado Fernando Pereira Marques colocou uma questão relativa ao ensino artístico. Gostaria de dizer-lhe que, embora no meu discurso tenha feito uma pequena referência, trabalhámos intensamente no ensino artístico. Temos pronto um trabalho elaborado por um grupo formado por elementos dos Ministérios da Educação e da Cultura que aponta para um reforço do ensino artístico, mas que se articula com duas outras áreas que não posso deixar de referir: uma, é o programa de humanização das escolas que recuperámos; a outra é o problema das bibliotecas. É neste triângulo estratégico, à volta da importância do ensino artístico, da introdução da componente artística como forma de aprendizagem, que entendemos que o ensino artístico deve ser visto.

Gostava de referir-lhe uma ação, particularmente interessante, que, no outro dia fizemos, que foi a assinatura de um protocolo com a Fundação Menuhin, relativamente à utilização da componente artística para escolas degradadas e em áreas muito desfavorecidas. Trata-se de uma metodologia inteiramente nova em Portugal que vamos acompanhar e que gostaria que particularmente o Sr. Deputado pudesse acompanhar ao longo deste período de experimentação que iremos ter, que será nos próximos dois anos.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado José Cesário, apenas uma nota: vale a pena aprofundar a questão autonomia/descentralização, porque são duas áreas compatíveis. Não há qualquer incompatibilidade entre fazer a autonomia das escolas e o processo de descentralização para as autarquias locais. Vamos ter certamente ocasião de discutir esta matéria aqui, talvez não em Plenário mas em comissão, e poderá ver que o processo de descentralização não interfere com a possibilidade de se fazer a autonomia das escolas e, sobretudo, contratarizar a autonomia. A autonomia, em especial, deve iniciar-se não apenas pelo ensino secundário mas por todo o leque de ensino, desde o pré-primário até ao cimo do secundário, excluindo, obviamente, o superior, que tem o seu regime de autonomia próprio.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Informo o Sr. Ministro da Educação que já beneficiou e vai continuar a beneficiar de cinco minutos de tempo concedidos pelo Grupo Parlamentar do PS, pois há ainda três pedidos de esclarecimentos.

Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, a Sr.^a Deputada Maria Lúsa Ferreira.

A Sr.^a Maria Lúsa Ferreira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, V. Ex.^a faz, no seu pacto educativo, referências a ações prioritárias, entre as quais se evidenciam lançamentos de cursos de formação profissional e a diversificação de vias de educação, formação no ensino secundário, sempre com certificantes e qualificantes. E invectivou os Deputados sobre o que queriam ou não para a melhoria do sistema educativo.

Assim, desejo pôr V. Ex.^a perante o problema das escolas profissionais, perguntando: quer-se ou não um ensi-

no profissional credível em escolas profissionais prestigiadas e com mão-de-obra vocacionada e orientada para as necessidades do mercado?

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Ora bem, chamo a atenção de V. Ex.^a para algumas atitudes que o Governo tem tomado — e aqui chamo a atenção do Sr. Ministro para, ao pretender preparar o futuro, não deixar de ter em conta o presente, não tirar os olhos do presente — em relação às escolas profissionais.

Na sessão plenária de 2 de Fevereiro, tive oportunidade de chamar a atenção do Governo, na pessoa da Sr.^a Secretária de Estado da Educação e Inovação, sobre algumas declarações feitas, nomeadamente pelo Sr. Ministro, a 24 de Janeiro, nas quais fazia ameaças indefinidas de extinção das escolas profissionais. Em 21 de Maio, V. Ex.^a voltou a permitir que essa mensagem, extremamente negativa, de extinção das escolas profissionais, passasse sem dizer quando, quantas, aonde, quais e com que critérios. Por muito que V. Ex.^a diga a favor do ensino profissional, não consegue apagar a mensagem extremamente negativa, a indefinição permanente que, ao longo de meses, o Ministério vem mostrando, não consegue evitar que se generalize a dúvida e o descrédito neste subsistema do ensino.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Por outro lado, Sr. Ministro, temos notícia de mais instabilidade e perplexidade com as decisões tomadas pelo júri que atribui cursos e turmas para o novo ano lectivo. Na ausência de notícias sobre a avaliação individual das escolas, pareceria legítima a expectativa de manter a oferta das escolas que nunca tiveram problemas, em relação às quais foram feitos investimentos em formadores, em equipamento e onde a capacidade de absorção de mão-de-obra continua presente.

Ora, é na sequência destes problemas que quero fazer-lhe uma pergunta. V. Ex.^a criou um grupo que fez a avaliação global do ensino profissional, e, na sequência das suas conclusões,...

O Sr. Presidente: — Peço-lhe que termine, Sr.^a Deputada, pois já ultrapassou o tempo regimental.

A Oradora: — Termine já, Sr. Presidente.

Dizia eu que V. Ex.^a criou um grupo que fez a avaliação global do ensino profissional e, na sequência das suas conclusões, já criou mais dois grupos de trabalho. Pergunto: neste momento já existe alguma caracterização para a avaliação das escolas, a nível individual, que tenha servido de base ao trabalho desse júri de atribuição de turmas, novas turmas e novos cursos? E, se não existe, com que critérios actuou esse júri ao definir as novas turmas e os novos cursos?

A Oradora reviu.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alves de Oliveira.

O Sr. Manuel Alves de Oliveira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, no texto do pacto

educativo e na apresentação hoje aqui feita por V. Ex.^a são elencadas referências à gestão da rede escolar. Ora, como é sabido, no ensino básico, a rede escolar tem dificuldades de gestão, particularmente nas escolas unitárias. Concretamente, gostaria de perguntar a V. Ex.^a o seguinte: o que é que foi equacionado pelo Ministério da Educação face à rede escolar do ensino básico com incidência na relação professor/aluno?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em consequência, pergunto qual é o papel das autarquias neste processo e se nos pode informar das eventuais competências que poderão vir a ser transferidas para estas.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Pereira Coelho.

O Sr. Paulo Pereira Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, do seu discurso permito-me destacar um parágrafo que me parece de grande importância e que passo a citar.

O Sr. António Braga (PS): — Só um?!

O Orador: — Para mim foi só um, para V. Ex.^a, naturalmente, foi o discurso todo! Mas esse é o seu papel, não o meu.

Risos do PSD.

Sr. Ministro, continuando, diria, e passo a citar: «(...) a importância que, num pacto educativo para o futuro, deve ter a valorização da identidade nacional e da cidadania. A cultura e a língua portuguesa são factores fundamentais de coesão, de conhecimento próprio e de afirmação da nossa especificidade no mundo em que a pluralidade de pertenças deve ser um factor de enriquecimento mútuo». Estamos completamente de acordo.

O Sr. António Braga (PS): — É um bom parágrafo, aliás!

O Orador: — Sr. Ministro, da leitura do pacto educativo nada ressalta sobre esta matéria. Ou seja, nele não há qualquer referência, por vaga que seja, e muito menos a enunciação de qualquer linha orientadora para a vertente do ensino do português e preservação da cultura portuguesa no estrangeiro, no mundo lusófono, nomeadamente, como seria também natural, para as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

É por isso que nos interrogamos sobre que sentido faz um parágrafo tão importante como o que acabei de citar quando, de facto, nada é dito no pacto sobre esta matéria. Se ela era tão fundamental para a afirmação de Portugal no mundo, então, por que é que no acto não há sequer uma linha sobre a preservação da cultura e a difusão da língua portuguesa no estrangeiro?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Esta omissão, Sr. Ministro, e desculpará que o diga, só vem confirmar aquilo que já na altura da discussão do Programa do Governo tivemos oportunidade

de afirmar, no sentido da pouca importância atribuída, tanto pelo Ministério da Educação como pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, à difusão e preservação da cultura e língua portuguesas no estrangeiro. As pequenas passagens que constavam desse Programa eram demasiado vagas e resumidas para a enormidade da missão que deverá ter a difusão e preservação da língua portuguesa no mundo.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder aos três últimos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação: — Sr. Presidente, gosta de responder a todas as perguntas com grande detalhe, o tempo não me permite, mas certamente não vou frustrar as expectativas dos Srs. Deputados Maria Luísa Ferreira, Manuel Alves de Oliveira e Paulo Pereira Coelho.

A Sr.^a Deputada Maria Luísa Ferreira abordou uma questão referenciada no texto apresentado, a das escolas profissionais e da diversificação do ensino pós-obrigatório.

Aquilo a que chamou a mensagem negativa, ou seja, o facto de eu ter afirmado, por duas vezes, haver escolas que deveriam ser extintas é apenas e tão-só uma ideia que partilho com a ANESP. A Associação Nacional das Escolas Profissionais tem juntamente comigo e com o Governo a sensação nítida de que a estratégia para consolidar as escolas profissionais passa por uma racionalização da rede. Não é possível manter algumas destas escolas em funcionamento, não que sejam boas ou más, tenham ou não equipamento, muitos ou poucos estudantes, mas devendo ao projecto dos próprios promotores.

A questão que se coloca não é a de o Governo ter vontade de extinguir escolas. É que estas escolas nasceram para receberem fundos comunitários de Bruxelas.

Vozes do PS: — Exactamente!

O Orador: — Algumas delas foram criadas apenas em ordem à celebração de um protocolo que permitisse a essas escolas e aos seus promotores receberem 75% do financiamento de Bruxelas, o que é gravíssimo, por representar uma perversão.

Temos de ser capazes de escolher, de entre estas 163 escolas, quais as que têm de vingar, o que tem de ser feito de acordo com os promotores. Por isso é que um de dois grupos dirigidos pelo Prof. Augusto Santos Silva tem como objectivo proceder a esta racionalização com a ANESP.

Não posso estar mais de acordo com a Sr.^a Deputada sobre a importância enorme das escolas profissionais e é muito curioso que, em termos metodológicos do pacto, a Sr.^a Deputada fale do seu paradigma.

Temos de definir o objectivo de ter um sistema de escolas profissionais estável, inovador e consolidado, que não está, e vamos demorar três ou quatro anos a consegui-lo.

Temos de consolidar o modelo em termos estatutários e de regime de financiamento. Como sabe, nem um nem outro estão resolvidos.

E temos de, face à situação actual e de uma forma muito serena, decidir quais são as escolas que compõem a rede. Este é o clique, porque se mantemos este crescimento absolutamente anárquico do sistema, acabamos por pôr em risco não as instituições mas os próprios jovens. É que os jovens, hoje, estão em escolas em relação às quais eles próprios desconhecem o futuro.

Portanto, se a Sr.^a Deputada está preocupada, eu também estou mas discordamos certamente da possibilidade de manutenção de todo o sistema. Há escolas sem qualquer dimensão crítica, que estão por si condenadas, e sabem isso. Admito que a minha reflexão pública ao dizer que as escolas deviam ser extintas possa introduzir alguma perturbação.

A Sr.^a Maria Luísa Ferreira (PSD): — Exactamente!

O Orador: — Mas também introduz um factor dialéctico, pois é necessário que as escolas compreendam que o sistema é mais exigente do que no passado no que respeita à expansão dos cursos.

Quanto às escolas a que se referiu o Sr. Deputado Manuel Alves de Oliveira, o que vai ser transferido para as autarquias e está a ser negociado neste momento, concretamente, é a consolidação dos transportes que, como sabe, foram transferidos para as autarquias há bastante tempo, embora com um modelo financeiro um pouco atabalhado. A parte relativa à acção social escolar, à manutenção e conservação dos edifícios escolares e à parte da carta escolar dentro de um conceito global, tem de ser o próprio Governo central a manter.

A relação professor/aluno, a manutenção de escolas têm a ver com uma negociação com a própria autarquia e com uma análise casuística, ou seja, temos de ver a escola caso a caso, porque há algumas que podem ter certos estudantes e que devem manter-se em funcionamento e escolas com certos estudantes que não devem manter-se em funcionamento. Isto tem a ver, digamos, com uma certa racionalização da distribuição dos estudantes pelas várias escolas.

Outra questão é relativa à existência de escolas destas que têm problemas de isolamento. Neste momento, existe um programa para combater o isolamento e trazer para estas escolas professores que possam manter-se em termos plurianuais, de forma a termos estas escolas em funcionamento de uma forma estável.

O Sr. Deputado Paulo Pereira Coelho levantou uma questão que tenho muito pena de ainda nunca termos chegado a discutir, porque na última reunião da Comissão de Educação, Ciência e Cultura não foi possível ir mais fundo.

Sou particularmente sensível a esta questão da cultura e da língua portuguesas, sobretudo nos países africanos de língua portuguesa. E por razões óbvias: não só trabalhei durante 10 anos, a nível profissional, nesta matéria como pertenci — e pertenço — à instituição que mais tem feito pela língua portuguesa em África — a Fundação Calouste Gulbenkian.

O Governo está neste momento a lançar um programa que passa por três vertentes: a da Radiotelevisão Portuguesa Internacional, a da criação dos liceus portugueses em cada um destes novos países africanos e o apoio forte aos centros culturais.

A primeira escola que vai ser construída e que, aliás, está a ser preparada de acordo com um projecto de arquitetura da responsabilidade do Ministério da Educação é a escola do Maputo. Temos vindo a discutir, matéria da maior importância, se estas escolas são do Estado ou se são escolas cooperativas tal como têm sido as construídas nesses países.

A opinião do Ministério da Educação é a de que estas escolas devem ser do Estado, pelo que devem ser mantidas pelo Estado, ter um núcleo central de professores que seja capaz de conduzir um projecto educativo nestes países, um

projecto de ensino do português, com uma equivalência total ao português, com professores mantidos na rede portuguesa, isto é, no sistema de colocação português, certamente com as alcavalas necessárias.

Esta é uma matéria que, com certeza, vamos discutir com mais pormenor quando tivermos ocasião para isso.

A Sr.^a Maria Luísa Ferreira (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Maria Luísa Ferreira (PSD): — Sr. Presidente, sob a forma de interpelação, quero esclarecer o que, com certeza por defeito meu e não do Sr. Ministro, não ficou claro: que não estou em desacordo quanto à extinção de algumas escolas. De forma alguma!

O Sr. Ministro da Educação: — Ah! Está bem!

A Oradora: — Estou em desacordo com as declarações de V. Ex.^a, porque ao reconhecido técnico de educação que é o cidadão Marçal Grilo, acrescenta-se, no exercício do cargo de primeiro responsável pelo Ministério, a responsabilidade do Ministro, que não pode nem deve fazer declarações que generalizem e possam causar profunda instabilidade, como V. Ex.^a acabou de reconhecer.

A Oradora reviu.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros da Presidência e da Educação, Srs. Secretários de Estado, Srs. Deputados: Não posso deixar de começar por referir que, no mínimo, é curioso que o Governo procure entendimentos com a oposição em torno de políticas sectoriais e os recuse em matéria de regime.

O PS disse não a um entendimento político numa das questões mais nobres de regime que é a revisão constitucional mas é pródigo ao propor publicamente pactos para a educação, para a saúde ou para a segurança social.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Para lá do indiscutível significado político destas opções fica patente a falta de legitimidade de todo o Governo. Quem recusa pactos em matérias de regime não pode vir propô-los em matérias de governação.

Mas o Governo fê-lo e discutimos hoje o pacto educativo, o principal documento gerado pelo Governo que se propôs definir como uma das suas principais prioridades a paixão pela educação.

Com efeito, o Partido Socialista considerou a educação como a paixão da nova maioria. O PS acusou o PSD de pouco ter feito e criticou quase tudo. Passados nove meses da mudança de Governo, o Ministério da Educação, para além das intenções, do pacto educativo, de suspensões, de revogações e de diplomas de enquadramento genérico, pouco ou nada fez.

Foi o que, já neste Plenário, chamámos de «vocação suspensória». Um Governo que revoga ou suspende, que adia e que revela uma atracção irresistível pelas soluções provisórias. Alguns dos exemplos mais evidentes são as

propinas e o financiamento do ensino superior; o acesso ao ensino superior; a avaliação do desempenho dos professores; o sistema de formação dos agentes educativos ou mesmo a gestão das escolas dos ensinos básico e secundário.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, não é tarefa fácil classificar o pacto que nos é proposto mas é relativamente simples sublinhar aquilo que o mesmo não é nem traz: o pacto não traduz um compromisso, não comporta inovação, não apresenta soluções, não pode ser um alibi e não assegura estabilidade.

Primeiro, o pacto não traduz um compromisso porque, de facto, não pretende congregar esforços em volta de um projecto educativo.

Ao consagrar a estratégia da geometria variável, o Governo incorreu no risco para o qual o PSD — com ineável espírito construtivo — alertou em 6 de Fevereiro, em sede da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura.

Dissemos então: «Receio bem que a geometria variável seja um pretexto para elegermos mais facilmente as nossas discordâncias do que as nossas concordâncias».

A geometria variável concebeu o pacto como um catálogo de ideias e projectos aos quais se pode aderir caso a caso. É um pacto à la carte, como dissemos em Fevereiro, um pick and choose sem que isso se traduza em qualquer mais-valia para operar mudanças e melhorias no nosso sistema educativo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, o pacto não comporta inovação porque, no essencial, as ideias que afi se acohem já encontram guarida, e até origem, em documentos e compromissos de maior relevância institucional.

É tanta a vontade de promover consensos tão alargados que, no essencial, o que está no pacto repete o que a Constituição da República ou a Lei de Bases do Sistema Educativo já consagram. Foi essa cedência à repetição dos princípios gerais contidos nessas leis que enformou e vincou o carácter geral e vago que tantos responsáveis e agentes educativos têm vindo a criticar. E, se outra prova fosse necessária sobre a vacuidade do texto proposto e a total ausência de ideias novas, veja-se o fracasso que foi o dia de reflexão sobre o pacto que ocorreu nas escolas portuguesas. O que se tinha pretendido que pudesse constituir um grande debate e suscitasse a participação empênhada da grande maioria deparou com uma generalizada indiferença.

O pacto educativo passou à margem das escolas, foi criticado pela generalidade das organizações sindicais de professores, ignorou o pessoal não docente, não suscitou entusiasmo nas associações de pais ou nas associações de estudantes, não deu novo alento à comunidade educativa.

Em suma, o pacto educativo satisfez — será que satisfez? — a equipa do Ministério da Educação. É pouco, é muito pouco para a suposta ambição da equipa deste Ministério. Por mais cruel que pareça ser, a evidência é a de que não se mobiliza ninguém à volta de ideias gerais e de objectivos difusos.

Terceiro, o pacto não apresenta soluções. É verdade que, aqui e ali, identifica problemas mas soluções não se dividem e a verdade é que é um documento feito para obrigar as pessoas a concordarem com ele.

Com efeito — perguntar-se-á, Sr. Ministro da Educação —, como se pode discordar da base geral segundo a qual «a educação e a formação configuram áreas de prioridade política em Portugal»?

Como se pode discordar do princípio de que: «a educação é um assunto de todos»? Ou ainda que «a finalidade essencial do processo educativo é o desenvolvimento e a formação global de todos»? Ou mesmo que «a escola é um lugar nuclear do processo educativo»?

Como se pode discordar de objectivos estratégicos como: «modernizar, regionalizar e descentralizar a administração do sistema educativo»? Ou de «promover a educação e a formação como um processo permanente ao longo de toda a vida»? Ou ainda «garantir a universalização da educação básica de qualidade»?

Aplausos do PSD.

E mesmo nos 10 compromissos de acção como se pode discordar de «fazer da escola o centro privilegiado das políticas educativas»?

Aplausos do PS.

Ou «melhorar a qualidade do processo educativo»? Agora não bateram palmas, Srs. Deputados socialistas!

Risos do PSD.

Ou mesmo «promover o desenvolvimento equilibrado do ensino superior»? Ou ainda «criar uma rede nacional de educação pré-escolar»?

Aplausos do PS.

Ninguém discorda porque a declaração de princípios é como a água pura: transparente, insípida e inodora. Não comporta soluções nem admite controvérsia.

É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não basta dizer «criar uma rede nacional de educação pré-escolar» ou mesmo, como o Sr. Ministro fez há poucos minutos, invocar o objectivo dos 90%. Esse objectivo recolhe o aplauso unânime de todos sem que esse facto tenha a mínima relevância. O problema reside nas soluções. Como fazer? Com quem fazer? Como pagar? E nas soluções já não será possível o consenso artificial que se estabelece facilmente à volta da ideia geral.

O PCP recusará qualquer solução que não seja a da rede pública fazendo de cada educador de infância mais um funcionário público,...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Essa é uma conclusão muito limitada!

O Orador: — Era para suscitar os aplausos do PCP nesta parte, Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O PSD, mantendo a rede pública, apostará no alargamento, contratualizando com instituições privadas de solidariedade social e entidades do sector privado, e defendará uma maior iniciativa das câmaras municipais com fórmulas que não repitam no poder local parte dos estrangulamentos e dificuldades sentidas na administração central.

Em quarto lugar, o pacto não pode ser um alibi para ganhar tempo, evitar a decisão ou adiar a tomada de medidas nem pode funcionar como cortina de fumo para a paralisação que hoje se sente nas decisões relevantes que se exigem ao Ministério da Educação.

Em Fevereiro, o Sr. Deputado Castro de Almeida, profético, dizia: «Pergunto-me qual é o papel que o Governo se reserva ter durante o percurso enquanto se firma e não firma o pacto educativo: o Governo fica paralisado?» Parece que ficou, Srs. Deputados!

Permitam-me que recorde o que, então, eu próprio, em representação do PSD, afirmei na Comissão de Educação, Ciência e Cultura: «Se alguém lá fora, com maior perversidade, entendesse que o pacto era apenas uma forma de ganhar tempo, nós já estaríamos a perder uma oportunidade. Estaríamos a confundir a nobreza de um debate de fundo com um expediente político para empatar os agentes e confundir o diálogo» (...) «portanto, Sr. Ministro, não é um pacto para ganhar tempo mas sim a pactos para resolver problemas».

Aplausos do PSD.

Quinto e último, o pacto não assegura estabilidade. Em Fevereiro, o Sr. Ministro referia-se ao pacto como um guarda-chuva capaz de permitir os consensos necessários à salvaguarda da estabilidade do sistema para lá dos ciclos das legislaturas e das alterações governamentais. Mas o próprio Sr. Ministro referia, logo a seguir, que a lei de bases existe há 10 anos e, boa ou má, ela estabilizou o sistema».

As disposições vagas do pacto determinam-lhe a sua inconsequência. Concordar com as disposições nele contidas, como vimos, não comporta nenhum vínculo ou compromisso face às soluções que lhe visam dar tradução concreta. Este pacto não é, assim, nenhum garante de estabilidade. A sua principal razão de ser sucumbe face à sua evidente inutilidade.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E tanto assim é que o Sr. Ministro da Educação sentiu a necessidade — bem patente no seu discurso de abertura — de juntar ao debate as propostas de lei que o Governo entretanto apresentou.

É o próprio Governo a reconhecer a fragilidade e a inconsistência do pacto que propôs. É o próprio Governo, por via da iniciativa legislativa, a querer dar lastro ao debate que pediu. É o próprio Governo, ao introduzir o debate das propostas substantivas, que reconhece que o pacto se esgotou.

Aplausos do PSD.

Mas não nos iludamos. Essas propostas de lei estão agendadas e serão discutidas e votadas na altura própria. Hoje, apreciamos o pacto educativo.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Em resposta a uma pergunta minha, o Sr. Ministro da Educação disse nesta Assembleia: «Quando o Sr. Deputado diz que o pacto educativo tem de ser útil, não posso estar mais de acordo consigo». E a motivação inicial do Sr. Ministro tem razão de ser e merece um acolhimento positivo.

Quando fomos governo recordámos os valores da estabilidade do sistema e a necessidade de garantir apoios mais alargados do que a maioria absoluta de então em nome dos interesses do sistema educativo.

A importância da educação e do futuro do nosso país, que por aí passa inevitavelmente, reclama de nós todos a capacidade de salvaguardar consensos essenciais e de nos termos de acordo relativamente a aspectos onde não se compreenderia que privilegiássemos diferenças políticas ou partidárias. Mas esses consensos e esses compromissos, essa construção comum de soluções não podem ancorar-se em documentos vagos e imprecisos como o pacto. Os consensos verdadeiros com significado e utilidade não se

estabelecem à volta de princípios tão gerais. Os consensos verdadeiros constroem-se à volta de soluções concretas. É para isso que convidamos o Governo: a apresentar as suas propostas concretas e a discuti-las connosco nesta Casa.

Mantemo-nos fiéis aos princípios que reputamos essenciais: ontem, no Governo, hoje, na oposição.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não nos parece que o pacto educativo por si construa grande coisa, que transporte novidade ou sequer que seja útil mas foi-nos apresentado e está em debate nesta Assembleia. Que fique pois claro, Sr. Ministro: o pacto é um texto que reproduz valores e referências que o PSD ajudou a construir e que agora não vai renegar.

Aplausos do PSD.

O que achamos essencial é, no entanto, encontrar as soluções, quer as que são próprias da capacidade de decisão do Governo e que nos cabe acompanhar e apreciar no âmbito dos poderes de fiscalização desta Câmara quer as que, ou por serem de competência desta Assembleia ou porque o Governo aqui as quer trazer, nos cumpre discutir e aprovar.

Há ainda muito a fazer, no reforço da igualdade de oportunidades, na melhoria do acesso à educação, na qualidade do sistema educativo, na melhoria das condições oferecidas aos agentes educativos e em muitas questões concretas como: o multilinguismo no nosso sistema educativo; o prosseguimento da política de construção de equipamentos desportivos nas escolas; o aumento da oferta do pré-escolar; a preparação para o novo milénio com a generalização da sensibilização e formação para as novas tecnologias e a ligação informática das escolas. É isso que lhe propomos Sr. Ministro.

Está encerrado o ciclo do pacto educativo.

Foi construído um texto para fazer o máximo consenso. Foi feito e discutido. Terminou a fase do geral e do abstracto.

O que esperam os portugueses são decisões que melhorem o sistema, que lhe introduzam rigor e qualidade e que cumpram o seu papel de valorizar o nosso melhor recurso que são os portugueses.

Sobre este Governo recai o ónus da suspeita de que é pródigo em palavras, em diálogos e em promessas. Cabe-vos a responsabilidade de provar que são capazes de governar.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedirem esclarecimentos, inscreveram-se os Srs. Deputados António Braga, Rui Namorado e Natalina Moura.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Braga.

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Coelho, apetecia-me começar por referir a imagem que utilizou, e bem, dizendo que este pacto poderia ser comparado à água pura. É verdade. E muito mais é verdade se o compararmos com o «sumo de laranja estragado» que, durante 10 anos, foi servido ao sistema educativo...

Risos do PS.

Protestos do PSD.

Esse, ao contrário da água pura, era opaco, mal cheiroso e mal saboroso, retardadíssimo.

Quero dizer-lhe ainda, Sr. Deputado Carlos Coelho, que neste domínio da educação penso que não ficaria mal ao PSD, nomeadamente ao Sr. Deputado, que foi membro do governo, um período de luto, como diz o povo...

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — De luto?

O Orador: — De luto, sim senhor, pelas asneiras que fizemos no sistema. Seria um período de luto ou de nojo, um «purgatório», durante um tempo razoável, para que, depois, pudéssemos acreditar no que o senhor vem dizer-nos.

Sabe por que é que era importante que assim fosse, Sr. Deputado? Falou-nos em soluções provisórias, em princípios com os quais todos estamos de acordo, mas é preciso lembrar o passado recente da acção governativa. Por que motivo é preciso um pacto educativo? O pacto educativo assenta nas razões do passado recente. Os senhores, agora, dizem que há um desencanto. Desencanto, desesperança? Então, o que aconteceu nos últimos anos? Os senhores deixaram o sistema educativo completamente arrasado de esperança e foi graças a isso que chegámos aos actuais indicadores.

Veja, por exemplo, que dos 1021 estabelecimentos de ensino existentes em 1993/1994, que asseguram a oferta do 2.º e 3.º ciclos básico e secundário, 75% estavam sobrelotados. Em Lisboa, Setúbal, Braga, Porto, etc. chejava-se a extremos de sobrelotação da ordem de 150% em relação à capacidade prevista.

Quanto ao analfabetismo, era de 12%. A frequência do sistema de ensino era de 65% de portugueses no ensino básico durante seis anos, enquanto 21,5% frequentaram o secundário e 8% o ensino superior...

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — E quantos conclufram?

O Orador: — Não falo em concluir, falo em frequentar. E quanto ao abandono escolar? E ao insucesso? E às escolas? E quanto à definição que se comprometeram fazer de um conjunto de articulados da própria lei de bases e que nunca cumpriram?

Sr. Deputado, do que aqui se trata não é tanto de lembrar-lhe o passado que o senhor conhece muito bem mas de dizer-lhe que tem de ter alguma cautela nas críticas que faz, nomeadamente quanto à ideia que subjaz ao pacto educativo. Não se pretende assinar um documento, pretendendo-se obter consenso, de modo a que possamos obter objectivos comuns de médio prazo e referências de estabilidade no sistema educativo português. É a isto que os senhores têm de responder e não a outra coisa. Não têm de dizer-nos se o pacto é ou não genérico, têm de dizer-nos se estão ou não de acordo em que se criem estes e outros entendimentos em condições tais que se dê resposta não só às questões da igualdade mas também, e com premência, às questões da qualidade no sistema educativo.

Repare que nem sequer comparei os indicadores que enunciei com os de outros países da Comunidade Europeia. É que se fizéssemos comparações quanto ao nível da qualidade, então, ficaríamos muito mais envergonhados. E é sobre esta questão que devemos reflectir.

Sr. Deputado, diga-me então se o PSD apenas se fica por essa crítica brejeira — e o Sr. Presidente perdoar-me — a expressão, pois digo-a com simpatia — de generalidades ou se, de facto, vamos ou não chegar a um consenso sobre esta matéria e trabalhar a sério.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Vamos para o consenso! E também na revisão constitucional!

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — «Também», Sr. Deputado Jorge Lacão? Ora, aí está uma grande novidade!

Sr. Presidente, Sr. Deputado António Braga, devo dizer-lhe que perante as diversas vezes que V. Ex.^a aplaudiu a minha intervenção, não esperava um pedido de esclarecimentos tão contundente. Até admiti que tinha pedido a palavra para transmitir uma concordância mais alargada com o que eu disse.

Não vou fazer referências à «água pura» nem ao «sumo de laranja»....

O Sr. António Braga (PS): — Pois não! Estava «estragado»!

O Orador: — ... pois devo dizer que já várias vezes o vi beber sumo de laranja e achei que a sua piada foi um bocado forçada e, seguramente, não sentida.

Já quanto à sua referência ao «período de nojo» fiquei particularmente atento e parece-me uma expressão interessante e curiosa. Aliás, foi a propósito dela que eu disse na minha intervenção que este pacto educativo não pode constituir um alibi. É que, de facto, se há «período de nojo», é o que vai desde a posse do Governo até à discussão do pacto educativo nesta Câmara, durante o qual o Governo nada ou pouco tem feito...

Aplausos do PSD.

Portanto, se há «luto», se há paralisia, se há «encosto» a qualquer coisa, estão contidos na denúncia que fiz de forma mais suave e cujo reforço, pelos vistos, o Sr. Deputado António Braga encorajou com uma expressão um pouco mais forte.

Depois, o Sr. Deputado falou na esperança e perguntou que esperança trouxemos nós para o sistema educativo. Ora, Sr. Deputado António Braga, estamos a discutir o pacto educativo, portanto, pergunto-lhe eu: que esperança é que ele nos traz para o sistema educativo?

O Sr. António Braga (PS): — Toda!

O Orador: — Assistiu ao debate nas escolas, no dia da reflexão? Que esperança, que capacidade mobilizadora, que participação, Sr. Deputado António Braga! É o retrato que resulta desse debate que o Sr. Deputado António Braga considera ser um projecto de esperança para o sistema educativo? Não me parece!

Seguidamente, referiu-se às escolas sobrelotadas. Não posso estar mais de acordo com a apreciação que fez. As escolas sobrelotadas são um problema. Mas o que fez este Governo desde que tomou posse? Diminuiu as despesas de investimento no Orçamento do Estado, como tivemos ocasião de sublinhar na altura do debate!

Sr. Deputado António Braga, a sua «radiografia» está correcta, só que não é ouvida naquela bancada do Governo! De facto, não se justificaria a redução do investimento se se quisesse responder a essa e a outras realidades do nosso sistema educativo que carecem de aumento do investimento por parte da Administração.

O Sr. Deputado disse ainda que não pretendiam que se fizesse uma assinatura do pacto educativo com «pompa e circunstância». Também creio que não há condições para tal, porque ou ninguém quer assinar ou, tal como afirmei na minha intervenção, será uma assinatura sem consequência. Concordar com estes princípios é inconsequente, o que importa é traduzir em compromissos estáveis os que o Sr. Ministro referiu, que eu próprio referi, que o Sr. Deputado António Braga agora referiu e que são essenciais ao sistema educativo. A estabilidade desses compromissos depende de serem ancorados em torno de soluções concretas. Foi por isso que convidei o Governo a apresentar as suas soluções concretas para as discutir connosco nesta Assembleia. Que fique claro: a despeito de estar na oposição, é total a disponibilidade do PSD para terçar armas com o Governo no mesmo sentido sempre que pudermos estar de acordo relativamente a uma grande causa educativa.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Namorado.

O Sr. Rui Namorado (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Coelho, queria colocar-lhe algumas questões que me foram suscitadas pela sua intervenção mas, antes, não resisto à tentação de fazer uma observação quanto a uma parte do seu discurso que, aliás, repousou o que o PSD tem vindo a dizer sobre o facto de o PS não governar. Aí, convenci-me definitivamente que, para o PSD, governar é fazer sofrer, é usar o poder e, realmente, o PS não tem essa ideia da governação. O povo português tem respondido positivamente e se o PSD tem uma noção retrógrada e ultrapassada da governação, esse é um problema que não é nosso mas vosso.

No caso concreto que está em debate fico na dúvida sobre se os Srs. Deputados não entendem o essencial do pacto educativo ou se não vos convém entendê-lo. É incontornável que o pacto educativo é um espaço de flexibilidade que permite absorver todas as participações diferenciadas ao longo de todo o processo educativo e de um espaço de tempo alargado. Portanto, trata-se de uma ideia de praticar a educação a partir do Governo, em diálogo, e de criar um espaço em que as várias energias sejam aproveitadas. Considera que isto não é um ponto importante? Considera que é preferível manter aquele burocratismo fechado que era a prática do governo anterior?

Em segundo lugar, se é certo que o que a UNESCO escreve não é propriamente um paradigma absoluto, penso que não pode deixar de ser apontado como um mérito o facto de o pacto educativo corresponder ao que é o essencial da posição da UNESCO no que diz respeito à utilidade da consensualidade na qual o que é básico na educação. Assim, pergunto-lhe: considera desprezível que se esteja em consonância com a UNESCO no que é essencial do ponto de vista da criação das bases para uma evolução democrática da política educativa?

Por último, partindo de uma bancada que foi suporte de um governo, que praticou uma espiral perversa de desresponsabilização e autoritarismo na educação, certamente se admitirá que secundarize o que é uma virtualidade evidente deste pacto que é o facto de se estar a constituir uma sinergia virtuosa entre um comprometimento crescente do Estado e uma intervenção acrescida da sociedade civil.

No fundo, com o pacto educativo pretendemos veicular uma ideia diversa da vossa. Do vosso ponto de vista, a estratégia era fugir às responsabilidades e praticar o centralismo; do ponto de vista do pacto educativo, a filosofia é oposta: responsabilizar o Estado nos grandes horizontes e dar maior protagonismo à sociedade civil.

São estas as três questões que tinha para colocar-lhe.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Natalina Moura.

A Sr.^a Natalina Moura (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Coelho, esperava algo mais da sua intervenção. Acompanhei o seu trabalho no Ministério da Educação e tenho por si uma estima muito especial, mas a verdade é que não temos, nem podemos ter, a mesma ideia sobre o pacto educativo. De facto, o pacto educativo é, para nós, um documento catalítico, construído no sentimento da humildade do saber e nos saberes, que está ao arrepio da pedagogia a que a equipa ministerial anterior nos tentou «encostar» e fazer acreditar.

Na sua intervenção, o Sr. Deputado referiu um aspecto que não entendi, e a dificuldade pode ser minha, até porque sou uma novata nestas coisas!

O Sr. António Braga (PS): — Isso é modéstia!

A Oradora: — Refiro-me ao facto de o Sr. Deputado ter dito que houve uma diminuição no investimento. Creio que está esquecido do aumento global do investimento em 12,5%.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Não na educação, Sr.^a Deputada!

A Oradora: — No Orçamento do Estado, Sr. Deputado! Temos de fazer a mesma leitura dos números e admitir que se trata do maior esforço financeiro feito até hoje.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Muito bem!

A Oradora: — O Sr. Deputado Carlos Coelho tem de concordar comigo e reconhecer que assim é, caso contrário terei de fazer o arrepião das considerações que comecei por tecer à sua inteligência.

Sr. Deputado, durante os 10 anos que os senhores estiveram no Governo e durante os 16 em que se ocuparam da pasta da educação, entende que houve algum investimento, da parte do anterior governo e da última equipa educativa, na formação dos gestores das escolas?

Após o 25 de Abril, a gestão das escolas modificou-se, houve uma contestação generalizada ao sistema, designadamente às figuras do reitor e director, porque simbolizavam o anterior regime, e nasceram as primeiras comissões de gestão — orgulho-me de ter estado numa delas, pois foi uma forte escola de aprendizagem; seguiu-se, então, a consagração e institucionalização do regime democrático das escolas, sem que ninguém o pusesse em causa, mais tarde reiterado pela Constituição, no artigo 77º.

A gestão democrática das escolas é um dado adquirido e não há possibilidade de voltar atrás, mas a verdade é que não se investiu nos gestores. E não foi esta equipa ministerial que não o fez! O Sr. Deputado sabe que assim é, porque foi subsecretário de Estado e teve conhecimento dessa situação — desculpe trazer este assunto à colação, mas sei disso porque li alguns dos seus despachos —, mas

será que tem ideia de quantos amargos de boca terá causado a não formação dos gestores? É que, como não tinham apoio jurídico — e não me diga que o apoio jurídico pontual era significativo —, alguns dos nossos professores, em nome da boa fé e dos bons ideais da democracia, cometeram algumas irregularidades e ilegalidades, por força de algo que era simples e que é necessário colmatar.

Ora, um dos princípios estratégicos do pacto educativo vai, precisamente, viabilizar e dar corpo a essa ideia da formação dos gestores.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Refiro-me ao princípio da adopção de políticas de modernização da gestão e da formação do pessoal das escolas.

Queria, por isso, Sr. Deputado, que repensasse e reequacionasse o que foi feito no seu tempo e antes do seu tempo, durante 16 anos!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Rui Namorado diz que governar é, para nós, «fazer sofrer». Olhe que não, Sr. Deputado! Governar é decidir, é optar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E é exactamente por fazermos essa tradução da expressão governar que criticamos este Governo por não estar a governar!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Com efeito, nas questões essenciais, o Governo limita-se a revogar ou a suspender o que vinha do anterior ou, então, a definir regimes transitórios. Havemos de convir que essa é uma decisão um pouco limitada, quer no tempo, quer no conjunto de medidas objecto de decisão.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Referiu ainda que não entendemos o pacto educativo. Creio que essa crítica não é legítima, porque todos o entenderam, a menos que tenham uma manifesta dificuldade de entendimento ou um problema de iletracia... O que não se entende é a utilidade do pacto, e foi essa a questão que levantei na minha intervenção. Trata-se, de facto, de um pacto educativo assente em ideias gerais, cujos compromissos não têm consequência e, se me permite a expressão, não aquecem nem arrefecem.

Aliás, tive ocasião de dizer que grande parte da formulação do pacto consagra princípios que o PSD e a maior parte dos presentes nesta Câmara ajudaram a construir e por eles se bateram. São, pois, referências largamente consensuais, que até incluem expressões decalcadas da Lei de Bases do Sistema Educativo, lei que foi aprovada por todos os grupos parlamentares, com a excepção do CDS — não sei se, nesse particular, essa é uma herança que o PP assume ou não!

Portanto, há um manifesto consenso relativamente a grande parte das referências do pacto educativo, mas elas são tão gerais! Por exemplo, dizer «a seco» que se vai alargar o pré-escolar ou definir o objectivo qualitativo desse alargamento não vai fazer ninguém terçar armas nesta Assembleia ou, sequer, fora dela, porque todos concordamos com o alargamento do pré-escolar! O problema não está aí mas, sim, nas soluções a encontrar, no «como fazer». E, nessa altura, as soluções diferentes vão marcar clivagens naturais, que não são artificiais nem forçadas, mas derivam da circunstância de termos projectos diferentes.

Sr.^a Deputada Natalina Moura, agradeço-lhe penhoradamente as simpáticas referências pessoais que me dirigiu. Sabe que a estima que protestou é recíproca.

Quanto à questão do investimento, **Sr.^a Deputada**, a verdade é que ele baixou na educação; a despesa global do Orçamento do Estado cresceu, mas temos de aguardar para ver qual vai ser a respectiva taxa de execução. Com certeza, os Srs. Deputados não ignoram que há fundadas suspeitas de que o Governo se enganou nas previsões orçamentais e, para impedir o aumento do défice, vai estar tentado a estrangular o investimento em detrimento de todas as obras que são necessárias ao desenvolvimento do País.

O Sr. Ministro da Presidência (António Vitorino): — Sobre enganos, temos de falar!...

O Orador: — Naturalmente, os Srs. Deputados do PS dirão que é uma antevista pessimista da execução orçamental. Só espero que não se confirmem as minhas palavras!

O Sr. José Magalhães (PS): — Ah!

O Orador: — Mas chegará o momento em que esta Assembleia será confrontada com essa avaliação, e logo veremos quem tem razão. Nessa altura, saberemos se tivemos ou não uma baixa taxa de execução no que diz respeito aos investimentos, às despesas de capital.

Todavia, essa preocupação, que os Srs. Deputados podem apelidar de especulativa, nem sequer é aplicável à educação, porque nessa área a despesa de investimento baixou e, relativamente a isso, não há qualquer dúvida, como, aliás, tivemos ocasião de analisar em sede da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, aquando da apreciação do Orçamento do Estado para 1996.

A **Sr.^a Deputada Natalina Moura** referiu-se ainda ao problema da gestão escolar. Sobre esse ponto, gostaria de dizer-lhe que em tudo o que fizemos no Governo, tal como tudo na vida, houve coisas em que acertámos, outras que não pudemos realizar porque não tínhamos condições e outras ainda em que errámos. Não há ninguém perfeito.

A Sr.^a Natalina Moura (PS): — A errar também se aprende, Sr. Deputado!

O Orador: — As coisas passam-se na política como na vida!

Em todo o caso, não me pesa a consciência por ter tomado qualquer decisão incorrecta. Herdei, enquanto membro do governo, um sistema que estava em experimentação, como a **Sr.^a Deputada** referiu, e bem, em que o governo — e estou à vontade para dizê-lo, porque não fui eu que tomei a decisão, ela já estava tomada...

O Sr. António Braga (PS): — Certamente não tomaria aquela!

O Orador: — Tomaria, sim, Sr. Deputado.

Mas, dizia que o governo quis validar socialmente o modelo com a criação de uma comissão de acompanhamento, em que participavam todas as forças sociais. Creio que essa decisão foi correcta, pois gerou uma dimensão participativa na avaliação do novo sistema de gestão; aliás, não vi nenhum parceiro social contestar essa medida, antes pelo contrário, vi muitos parceiros sociais a elogiá-la e a acompanhar esse conselho de avaliação.

Tratou-se de uma decisão política que pode ser criticável, mas que me parece sustentável.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quer dizer, o Governo entendeu por bem não decidir no sentido nem da generalização da experiência, nem da sua substituição enquanto o conselho de acompanhamento não produzisse o seu relatório. Ora, já foi este Governo que recebeu o relatório do conselho de avaliação, por isso esperávamos que, na posse dele, tomasse uma de duas medidas: ou generalizava a experiência, naturalmente introduzindo as correcções que a experiência recomendava, ou terminava com ela e partia para outra realidade qualquer. Mas o Governo não fez nem uma coisa nem outra, Sr.^a Deputada, limitou-se a dizer: «continua a experiência, prossegue o provisório». Foi essa uma das críticas que fiz, do alto da tribuna, e a Sr.^a Deputada teve a amabilidade de me permitir repeti-la, na resposta à sua pergunta.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando de Sousa.

O Sr. Fernando de Sousa (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^a e Srs. Deputados: Dando cumprimento ao programa eleitoral do Governo do PS, decidiu o Ministro da Educação trazer à Assembleia da República, para discussão, o pacto educativo, proposta fundamental que visa pacificar a educação e «enquadrar as grandes opções e linhas de orientação estratégica da política educativa».

Trata-se de um tema da maior relevância, que hoje se encontra a ser debatido, quer nas sedes da OCDE e da União Europeia, quer em numerosos países, conscientes de que o tempo das grandes reformas passou e de que se torna necessário passar de um Estado «dominador» para um Estado «animador» e «dialogador», sem prejuízo, contudo, das responsabilidades do Estado na determinação das prioridades do sistema educativo, estabelecidas através de formas de discussão democrática, na criação e implementação dos mecanismos de avaliação dos resultados obtidos e na aplicação de instrumentos eficientes que bloqueiem os eventuais riscos democráticos das estratégias locais.

Com o pacto educativo, o Governo do PS pretende dar corpo ao lema humanizar a escola, democratizar oportunidades, construir a qualidade e, ainda, terminar, em definitivo, com a política desenvolvida pelo PSD nos últimos 10 anos, uma política centralista, burocrática e, não raras vezes, autoritária.

Diz o PCP que a política do Governo do PS é a mesma da do PSD. Rejeitamos categoricamente tal juízo de valor. Se há sector no qual são perfeitamente visíveis traços de ruptura e de diferença entre o PSD e o PS, esse sector é, justamente, o da política educativa.

Utilizando a dialéctica hegeliana, poderíamos dizer que a educação, para o PSD, foi sempre mais do domínio do «ter», enquanto para nós é mais do domínio do «ser»; que a educação para o PSD é entendida como mais adjectiva ao homem, enquanto para o PS é mais substantiva ao mesmo homem.

O PSD, na sua concepção de política educativa, sempre se deixou seduzir mais pelos aspectos técnicos e materiais, simbolizados pela bandeira assumida na construção de novas escolas,...

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Que discurso maniqueísta!

O Orador: — ... ao passo que para o PS a concepção de política educativa assenta sobretudo nos aspectos pessoais e criadores, consubstanciados na importância que concedemos à educação pré-escolar, à humanização da escola e do ensino, à confiança nas pessoas. Para nós, particularmente na educação/formação, as pessoas estão sempre em primeiro lugar.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Uma política educativa que privilegia a cooperação em vez da confrontação, o diálogo em vez do autoritarismo e, enfim, a participação da sociedade e dos cidadãos na educação e formação, porque a educação e a formação dizem respeito a todos nós, envolvendo professores, pais, estudantes, funcionários, autarquias e todos aqueles a quem a problemática educativa diz respeito.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Muito bem!

O Orador: — É à luz desta política que deve ser entendido o pacto educativo, em ordem a assegurar-se a continuidade de políticas, a concertação, a participação e a co-responsabilização de todos os parceiros educativos.

Que críticas se levantam ao pacto educativo? Basicamente, após um mês de discussão pública do documento, mantêm-se as mesmas críticas iniciais, isto é, que o texto do pacto educativo é vago, impreciso, generalista e que nada acrescenta à Lei de Bases do Sistema educativo.

Dizem outros, em número mais reduzido, que o elenco dos protagonistas nem sempre é o mais adequado. Alguns referem, ainda, que os compromissos de acção não se exprimem num conjunto de medidas com conteúdo e sentido precisos.

Finalmente, surgem agora algumas carpideiras a clamarem que as propostas de lei apresentadas pelo Governo quanto à alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo e do alargamento da rede pré-escolar não foram objecto de diálogo, pondo assim, em causa, o próprio pacto educativo.

À primeira crítica já tivemos oportunidade de responder em anterior intervenção sobre este tema.

Por outro lado, tratando-se de um conjunto de ideias e propostas que visam, como o próprio Ministro da Educação sublinha na apresentação do texto, um acordo de acção, a nível político e social, como é que este texto poderia apresentar soluções acabadas e definitivas?

Penso que existe um amplo consenso em torno dos objectivos estratégicos enunciados, pois não me parece que alguém ponha em causa a promoção da participação social no desenvolvimento do sistema educativo; a modernização, generalização e descentralização do sistema

educativo; a garantia da universalização de uma educação básica de qualidade; a promoção do desenvolvimento equilibrado do ensino superior ou a valorização, dignificação e responsabilização dos profissionais da educação.

Também julgo que se torna extremamente difícil não aceitar os compromissos de acção referidos, como a assunção da escola enquanto centro privilegiado das políticas educativas; a criação de uma rede nacional de educação pré-escolar, a melhoria da qualidade do processo educativo, com particular relevo para o lançamento de um programa-piloto no domínio do ensino experimental ou, e ainda a título de exemplo, o reequacionamento dos sistemas de financiamento da educação, nomeadamente o financiamento da escolaridade obrigatória no sentido da gratuidade.

Perante a identificação dos objectivos estratégicos, das áreas prioritárias de intervenção e dos principais protagonistas das negociações em curso e a realizar, não se pode acusar este documento de trabalho, lançado pelo Ministério da Educação, de ser um repositório de ideias gerais, de ser vago, abstracto e generalista?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao leque dos protagonistas, a todo o momento, sempre que se torne pertinente, há possibilidades de o alargar, sendo sempre o princípio, sobre tal matéria, em caso de dúvida, o da inclusão e não o da exclusão.

Quanto à crítica apresentada de os compromissos de acção não se exprimirem num conjunto de medidas concretas, a apresentação, por parte do Ministro da Educação, de duas propostas de lei, de criação de uma rede nacional de educação pré-escolar e de alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo, por si só, anulam imediatamente tal reparo.

Como este argumento deixa de ter qualquer fundamento com a apresentação destas duas iniciativas legislativas do Governo, logo se avançou com a acusação de que o Ministro da Educação rasgou o pacto, de que subverteu as regras da participação e do diálogo.

Ficamos perplexos com tais dislates. Então as propostas de lei não são apresentadas a este Parlamento? Não vão ser apreciadas, discutidas e votadas por este Parlamento? A Lei de Bases do Sistema Educativo não constitui matéria exclusiva da Assembleia da República? Não é, portanto, este órgão de soberania que tem competência para dirigir este processo?

Seja como for, este texto do pacto educativo constitui, apenas um quadro de referência, um ponto de partida e não um ponto de chegada.

Esperemos, pois, pelos contributos que estão a ser recolhidos, pelos debates que estão a realizar-se em todo o País, pelas sugestões e críticas que os partidos políticos com assento nesta Assembleia apresentaram e vão apresentar para, eventualmente, colmatarmos as lacunas que o documento do pacto educativo apresenta e cuja concretização se destina à legislatura em curso.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Temos dito e escrito numerosas vezes que se torna necessário mobilizar a sociedade portuguesa para reduzir o grande défice que nos separa da média comunitária, em termos de educação/formação, défice esse que condiciona o aprofundamento da vida democrática e entrava sobremaneira as possibilidades de desenvolvimento e promoção do emprego em Portugal.

A educação e a formação, porque dizem respeito a toda a sociedade, obrigam a uma negociação permanente e à participação activa da sociedade e dos cidadãos, porque só assim será possível desenvolver a continuidade das políticas, a concertação, participação e co-responsabilização de todos os parceiros educativos.

Renunciar às tomadas de posição unilaterais e rígidas, abdicar do preconceito de que temos razão e de que os outros partidos políticos nunca a têm e, pelo contrário, estarmos responsável abertos às posições, sugestões e aportações dos mais diversos protagonistas, constitui um princípio que informa toda a política educativa do PS e deste Governo, no âmbito da qual, o pacto educativo irá constituir, um texto de referência.

Só assim a educação, concebida como um processo formativo, humanizado e democrático, imprescindível para elevar o nível cultural dos portugueses e promover o seu bem-estar, virá a ser entendida como um problema nacional.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan.

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Permitam-me que faça duas considerações iniciais.

Em primeiro lugar, não é correcto o Sr. Ministro da Educação dizer que as perguntas feitas pelo Partido Popular são de «árvore de Natal». Permite-me V. Ex.^a que lhe lembre que hoje está aqui em causa — e passo a citar a agenda — um «debate, da iniciativa do Governo, sobre o pacto educativo». É, portanto, sobre esse documento que, honestamente, podemos falar, é sobre esse texto político que fomos convidados a dar a nossa opinião. Sr. Ministro, quando as coisas são pouco, não podem ser muito, quando as coisas são nada, não podem ser coisa alguma.

O Sr. António Braga (PS): — Quem é que disse isso?!

O Orador: — Não se discute hoje nem a Lei de Bases do Sistema Educativo, que também julgo importante, nem a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, que reputo igualmente importante. Se alguém se enganou na agenda, não foi o Partido Popular.

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Partido Popular é responsável na ideia de um pacto educativo. Mas, repito: o debate que hoje aqui temos nasce de um equívoco. E vou reafirmar, Sr. Professor Marçal Grilo, que já não é Presidente do Conselho Nacional de Educação mas o documento que hoje nos traz seria, nessa qualidade, um bom parecer consultivo. Sr. Professor, o senhor é agora Ministro, é agora o Ministro da Educação e, por isso, tem agora a tarefa prática, real e concreta de alterar a situação da educação em Portugal.

Sr. Ministro da Educação, este texto é mais um texto, é apenas um texto, não é mais do que um texto, um somatório de verdades evidentes, um levantamento de problemas já há muito conhecidos, um processo de intenções anunciadas, uma «mão cheia de nada».

Durante nove meses, o Ministério da Educação suspendeu e dialogou, dialogou e suspendeu. O País está parado e é importante que se comece a governar.

Sr. Ministro, não é esta a nossa ideia de pacto educativo. Somos oposição responsável, somos oposição positiva, somos oposição construtiva e queríamos, consigo, assumir

esta difícil responsabilidade da reforma educativa, ainda que fosse impopular, ainda que fosse difícil, ainda que custasse simpatia.

Sabemos que a máquina é cara, inefficiente e custa dinheiro, mas é importante que, ao contrário do que sucedeu com o último Orçamento do Estado, se aumentem as despesas com o investimento. É importante introduzir esta alteração, a educação precisa de investimento, de muito investimento em infra-estruturas e equipamentos inadiáveis.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Partido Popular informa que, durante a próxima semana, fará entrar o seu projecto de alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo. Está em causa uma reforma, uma reforma tem de começar pelo princípio e o princípio é a Lei de Bases.

Posto isto, Sr. Ministro, sou obrigado a repetir algumas perguntas que lhe fiz e para as quais não tenho resposta.

Sr. Ministro, esqueceu-se dos exames eliminatórios?

Sr. Ministro, esqueceu-se da obrigatoriedade do Português, da História de Portugal e da Matemática?

Sr. Ministro, onde está a reintrodução do chumbo por faltas na escolaridade obrigatória?

O Sr. Manuel Monteiro (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro, como vai concretizar o alargamento da rede pré-escolar? E fá-lo-á com carácter de obrigatoriedade?

Sr. Ministro, para quando a paridade na acção social no ensino público e no privado? Nesta matéria, o Sr. Ministro tem uma responsabilidade acrescida, porque tem dito muita coisa. Passará a existir igualdade de tratamento, para que o critério da escolha seja o qualitativo e não o financeiro?

Sr. Ministro, quando passarão as universidades a ser geridas por fundações, premiando o mérito dos gestores e a qualidade das instituições, ao invés de tapar buracos a gestões incompetentes?

Sr. Ministro, diz-nos que quer, e passo a citar, «uma nova atitude perante os *media*». Pretende V. Ex.^a promover cursos de formação de jornalistas, para, eventualmente, os educar?

Sr. Ministro, diz-nos que quer «mobilizar a opinião pública para a importância da educação». Saiba V. Ex.^a que a opinião pública está mobilizada, necessário era que V. Ex.^a mobilizasse o Governo para a importante tarefa de governar.

O Sr. Nuno Correia da Silva (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Diz-nos V. Ex.^a que quer promover incentivos ao mérito e ao desempenho da qualidade, mas, ao mesmo tempo, parece ser um erro grave permitir às Escolas Superiores de Educação formar professores para os 7.^º, 8.^º e 9.^º anos. Sr. Ministro, essas escolas não têm ainda, sem total substituição de cursos e pessoal docente, qualquer possibilidade de dar aos seus professores a formação científica básica de que eles necessitam. Se esta proposta vingasse, estariam a dar um gigantesco passo no sentido da mediocridade.

Sr. Ministro, diz-nos querer «reforçar os níveis de qualidade e rigor», mas a aposta continua a ser o aumento da quantidade baseado numa maior oferta pública muitas vezes desadaptada e desadequada.

Sr. Ministro, a aposta no ensino profissional continua a esquecer-se da sua principal função e a principal medida continua adiada. É preciso um total e completo envolvimento das empresas no ensino profissional.

Fala-nos o Sr. Ministro de «descentralização do ensino superior universitário». Pergunto-lhe: de que estamos a falar Sr. Ministro? Deve haver mais universidades? Universidades em todos os distritos? Ou deve haver concentração junto aos pólos já existentes?

Sr. Ministro, para terminar, vejo como muito difícil a forma de transformar este texto no nosso pacto. O nosso pacto garantiu estabilidade aos portugueses, o nosso pacto era um seguro à prova de ministro e à prova de Governo. O nosso pacto não fazia dos alunos cobaias, dos pais mártires e dos professores carrascos. Com o nosso pacto, os anos eram iguais, com ou sem eleições. Com o nosso pacto, os ministros não suspendiam, não adiavam. Com o nosso pacto, os ministros governavam e decidiam, porque a responsabilidade era solidária, porque o compromisso era sério, porque o empenho era absoluto.

Sr. Ministro, com o nosso pacto, a mobilização era nacional, e é disso que precisamos.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. José Calçada (PCP): — Finalmente o «chumbo»!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Baptista.

O Sr. Pedro Baptista (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Deputados, antes de mais, gostava de aproveitar esta ocasião para saudar a passagem da selecção nacional de futebol aos quartos de final do Campeonato Europeu.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Fico satisfeito pelo facto de agora, depois da vitória, ver mais Deputados a aplaudirem a selecção nacional do que há 15 dias, quando o meu colega João Carlos da Silva aqui propôs também um aplauso.

Risos.

O Sr. Manuel Monteiro (CDS-PP): — Não confunda as coisas! Isso tinha a ver com o Totobola e nós somos contra!

O Orador: — E espero ainda que daqui a uns dias se vejam aplausos mais efusivos.

O Sr. António Filipe (PCP): — Até parece que foi quem meteu os golos!

Risos.

O Orador: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan, vou pedir-lhe esclarecimentos, embora os apartes do «chefe» da sua bancada, do Sr. Deputado Manuel Monteiro,...

O Sr. Manuel Monteiro (CDS-PP): — O «chefe» da nossa bancada é o Dr. Jorge Ferreira!

O Orador: — ... me tivessem «picado» e puxado para fazer outro tipo de considerações sobre os clubes que pagam a selecção nacional que acabámos de aplaudir.

O Sr. Manuel Monteiro (CDS-PP): — Por amor de Deus!

O Orador: — Infelizmente, não é agora o momento para o fazer, mas estou cheio de vontade de ter um debate com o Sr. Deputado Manuel Monteiro sobre esta questão.

Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan, o Sr. Deputado, em continuidade do que foi dito por outros Srs. Deputados, afirmou aqui que este pacto, este conjunto de princípios não servia absolutamente para nada. V. Ex.^a repetiu, aliás, duas ou três vezes a expressão extremamente criativa de que este pacto era «uma mão cheia de nada».

Ora, o que verifico, Sr. Deputado, é que V. Ex.^a não comprehende para que servem os princípios. O que V. Ex.^a não percebe não é esta declaração de princípios, é para que servem os princípios. Ou seja, V. Ex.^a faz uma série de considerações desordenadas, de pendor mais ou menos saudosista, essas, sim, absolutamente generalistas, e não comprehende que este pacto é exactamente uma síntese, que se chamaria, em filosofia, de tipo abstracto-sintético,...

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Tem toda a razão!

O Orador: — Abstrato-sintético, sim, Sr. Deputado! Não basta saber a história de Afonso Henriques, a sabedoria é mais do que isso!

Como estava a dizer, o Sr. Deputado não comprehende que este pacto é uma síntese de tipo abstracto-sintético destinada a propiciar uma estabilidade no sistema educativo português. E Portugal precisa de uma estabilidade educativa, independentemente das flutuações e das instabilidades das possíveis governações que se assumam. Este é o aspecto essencial.

V. Ex.^a queria que houvesse referências concretas, num documento que, por definição, é abstracto.

Risos do CDS-PP.

É abstracto, sim! V. Ex.^a não sabe que a ciência é abstracta?! Concreto é apalpar as coisas, apalpar as pedras! A ciência é abstracta, Srs. Deputados!

O Sr. Presidente: — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: — Terminei?! Ainda nem comecei, Sr. Presidente.

Risos.

O Sr. Presidente: — Mas tem de se resignar e terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — É que, para explicar isto aos Srs. Deputados do PP, precisava de muito mais tempo.

O Sr. Presidente: — Mas não pode ser, Sr. Deputado.

O Orador: — Por isso mesmo, fico-me por aqui, Sr. Presidente.

Risos.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan.

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Baptista, também me congratulo com a vitória de Portugal e com a sua passagem aos quartos de final deste Campeonato Europeu de Futebol e gostava muito de agradecer a V. Ex.^a o facto de me ensinar o que significam os princípios, pois sem essa contribuição bastante útil de V. Ex.^a teria dificuldade.

Efectivamente, este pacto é tal qual aquilo que V. Ex.^a muito bem resumiu. Aliás, devo dizer que prestou um serviço ao Governo e ao Ministro Marçal Grilo e penso mesmo que V. Ex.^a gostou essencialmente do ponto 2.1 desse documento, onde se refere que a «educação é um assunto de todos».

O Sr. José Magalhães (PS): — E considera isso criticável?!

O Orador: — V. Ex.^a, certamente, deve ter considerado este ponto bastante objectivo e deve ter encontrado aqui o máximo denominador comum.

Sr. Deputado, a educação é efectivamente um assunto de todos, mas não lhe posso responder a mais do que aquilo que me perguntou.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Educação: Estamos hoje aqui, mais uma vez, para ouvirmos o Sr. Ministro da Educação falar do já longo caminho que o sucedâneo das intenções, contaminadas aqui e além por preocupantes inovações em matéria educativa, têm percorrido. Mas de intenções, boas ou más, não funcionam as escolas, não aprendem os alunos e dizem alguns que está o Inferno cheio, sem que se vislumbre o Paraíso.

Já estão longe as declarações apaixonadas do programa eleitoral, mas perto ficaram os prenúncios de traição do Programa do Governo e agora afi estão, cada vez mais diluídas, cada vez mais fracassadas, no insalubre texto do pacto educativo.

Mas se, em campanha eleitoral, perante tão «encalorada» paixão, alguns acreditaram no recheado projecto de intenções na área da educação e ensino, hoje, já muitos descobriram que paixão não houve, nem há, recheio muito menos e só restam mesmo as intenções, cada vez mais generalistas, mais abstractizantes, mais alheadas da substância, mais vazias de conteúdo, permanecendo intocável, nesta área, como em muitas outras, o património do anterior governo.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — O PCP terminou ontem as suas jornadas parlamentares, tendo a educação e o ensino constituído matéria fundamental do debate, das visitas efectuadas e das conclusões. E podemos aqui afirmar, com toda a certeza, que o que os professores, os alunos e os pais exigem são medidas concretas, eficazes, capazes de estagnar a crise do sistema educativo e não a repetição de epuniados vagos, pontilhados de abordagens casuísticas desligadas de uma perspectiva de intervenção estratégica.

O que toda a comunidade educativa exige é uma avaliação séria da reforma administrativa feita pelo PSD e das consequências verdadeiramente desastrosas que atingiram o sistema ao nível dos programas, da preparação e avaliação dos alunos, da formação dos professores e do funcionamento das escolas.

O que toda a comunidade escolar exige são meios e condições que viabilizem a principal função da escola, que é formar, pessoal e profissionalmente, os alunos, de acordo com as exigências do mundo actual.

O que toda a comunidade escolar condena são as condições em que se estão a realizar, desde o dia 17, os exames nacionais do 12.º ano, decorrentes não só das condições de funcionamento do actual ano lectivo mas também das dos precedentes, e que transformaram os alunos em primeiras vítimas de um sistema que cria iguais exigências, perante diversas aprendizagens.

O que toda a comunidade escolar condena é a decisão de manter e alargar o âmbito das provas globais e continuar-se a insistir, demagogicamente, que a sua realização não deve prejudicar o normal funcionamento das actividades escolares, apesar de o próprio Instituto de Inovação Educacional ter referido que cerca de 80% das escolas revelaram imensas dificuldades em manter, simultaneamente, o normal funcionamento das actividades lectivas e a realização das provas.

O que toda a comunidade escolar clama é por competência e eficácia que impeça, por exemplo, que instruções de justeza duvidosa sejam recebidas tardivamente como aquelas que chegaram às escolas em Abril, relativas à obrigatoriedade de leccionação, na íntegra, dos conteúdos dos programas do ensino secundário, quando responsáveis do próprio Ministério confessavam publicamente a excessiva extensão dos programas.

Mas surdo ao diálogo, alheio à realidade, descobrindo protagonistas de ficção, ignorando os verdadeiros parceiros, o Ministro da Educação apostava na evolução, na continuidade, prima por ignorar o livro já negro da educação e do ensino e persiste numa política de faz-de-conta.

E é este parece que é mas não é que enquadra a caricata discussão que hoje aqui se propõe. Afinal, é tão-só uma manobra de diversão que pretende fazer esquecer, por um lado, a realidade do sistema e, por outro, o conteúdo gravoso das medidas que vão sendo tomadas, como aquelas que resultaram da reunião do Conselho de Ministros do passado dia 11 de Junho.

Enquanto o Conselho de Ministros põe em causa a Constituição da República Portuguesa e a Lei de Bases do Sistema Educativo, definindo o novo sistema de acesso ao ensino superior da exclusiva responsabilidade das universidades, que os reitores desconhecem totalmente, diminuindo a qualidade de formação dos professores, compartimentando e restringindo saberes, que os docentes não discutiram, estigmatizando socialmente alunos em turmas especiais, ignorando que cabe fundamentalmente à escola suprir desigualdades e não fomentar medidas de segregação educativa, o Sr. Ministro da Educação vem à Assembleia da República sugerir consensos em redor de um texto que ora explicita princípios e valores que a legislação existente já consagra, ora indica, de forma mais implícita, objectivos não negociados nem acordados com os protagonistas referidos e que, na nossa perspectiva, são deveras preocupantes.

Comecemos pelas bases gerais do pacto, relativamente às quais se espera alguma convergência. Afirma-se, em dado momento, que: «A educação e a formação configuram áreas de prioridade política em Portugal»; «A educação é uma questão pública e uma ambição nacional»; «A política educativa deve ser orientada por princípios, deve identificar objectivos estratégicos e deve definir áreas prioritárias de intervenção». Este enunciado suscita, desde já, algumas considerações.

Tendo aprovado esta Assembleia uma lei de bases do sistema educativo, resultado de um notável e conseguido esforço de convergência entre as forças políticas com assento nesta Casa; tendo envolvido na sua discussão os

parceiros educativos e verificado-se, 10 anos após a sua aprovação, que ainda muito do seu conteúdo está por cumprir e aplicar, pergunta-se se o objectivo deste pacto não é tão-só fazer esquecer ou substituir o documento basilar e fundamental do nosso sistema educativo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Infelizmente, a leitura atenta e continuada do texto vem dar-nos razão. Ignora-se a legislação existente porque entretanto se põe em causa, de forma mais ou menos clara, princípios básicos, quer do texto constitucional quer da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Continuando na procura de alguma substância no texto em análise, surgem os princípios gerais do pacto. É, sem dúvida, o espaço por excelência da divagação e do já dito. Repare-se em três dos oito itens: «A escola é um assunto de todos». «A escola é um lugar nuclear do processo educativo». «A credibilização do sistema educativo e da escola é imprescindível».

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — La Palisse não diria melhor!

A Oradora: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro da Educação: Descrições tão factuais não precisam de procurar consensos. Ninguém neste país questionará, com toda a certeza, o seu conteúdo.

E entramos na parte final do pacto. Talvez por isso o último ponto pareça um pouco mais interactivo — está intitulado «10 compromissos de acção». Poderia o título ser sinónimo de alguma vontade em passar, de facto, à concretização de medidas prioritárias no ataque à crise do sistema, capazes de operacionalizar a listagem das intenções ou de equacionar o cumprimento do já consagrado legalmente, mas, na realidade, o que o texto veicula é um conjunto de enunciados não cumpridos, outros de mera ficção ou, então, uma outra vertente tão preocupante como estas e que pretende declarar guerra aos textos legais existentes.

Falemos dos incumprimentos, do dito e não feito. Afirma-se em determinado momento: «Desenvolvimento de medidas, com impacto no ano lectivo em curso e seguintes, visando a promoção das aprendizagens e o sucesso de uma escolaridade para todos os alunos». E como resultado desta vontade, recordemos, de imediato, os alunos deste país que, nos últimos dias, foram sujeitos às provas globais e/ou aos exames nacionais do 12.º ano, que questionaram de uma forma tão simplista toda a sua aprendizagem e, em alguns casos, o seu sucesso escolar. Ou, então, por exemplo, os alunos deste país que foram sujeitos às mais diferentes e desiguais provas globais, mas cujos resultados contariam com igual peso para a determinação final da sua média, condicionando a sua expectativa face ao futuro e à entrada no ensino superior.

Afinal, Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, Srs. Deputados, o pacto não actuou atempadamente, mas os alunos têm agora, à sua espera, os *curricula alternativos*, cujo único objectivo é marginalizar no *ghetto* do insucesso todos aqueles a quem a sociedade já recusou a igualdade de oportunidades, muito antes de entrarem na escola, ou, no dizer do Sr. Presidente do Movimento da Escola Moderna: «Porque renunciar à integração educativa é renunciar à integração social, a medida agora tomada...», relativa aos curricula alternativos pela Sr.ª Secretária de Estado da Educação e Inovação, Dr.ª Ana Benavente, «... atenta contra os direitos humanos e contra a coesão nacional».

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Jorge Lacão (PS): — O quê?

O Sr. Presidente: — Queira terminar, Sr.^a Deputada. Até porque já beneficiou de dois minutos que lhe foram concedidos pelo Grupo Parlamentar do PS.

A Oradora: — Vou terminar, Sr. Presidente. Agradeço ao PS o tempo cedido.

Mais à frente, enunciam-se as acções prioritárias para a promoção e desenvolvimento equilibrado do ensino superior e afirma-se que a revisão do regime de acesso ao ensino superior passa pela redução do número excessivo e mesmo abundante de provas a que os estudantes vêm sendo submetidos. Basta constatar o que ocorre desde o dia 17 por todo o País. Os alunos realizaram um ciclo constituído por três anos, empenharam-se, criaram expectativas face à entrada no ensino superior e, inesperadamente, foram presenteados não com uma prova de aferição, não com duas específicas, mas com 6, 7 e 8 exames a nível nacional e com informações contraditórias e tardias para a sua realização.

O Sr. Presidente: — Peço-lhe que termine, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Em Junho, a menos de 15 dias das provas, ainda chegavam às escolas circulares sobre a sua concretização. E se esta situação é preocupante é porque a «procissão ainda só saiu da igreja», quando ela chegar ao fim será a desilusão e a revolta, que envolverão todos aqueles que, apesar do sucesso, da ultrapassagem das inúmeras barreiras, não entraram no ensino superior.

Mas não só de incumprimentos e promessas vãs está tecido o pacto. Os traços ideológicos que o atravessam conflituam com o direito fundamental à educação e ao ensino e com os deveres do Estado na sua concretização. O Estado emerge deste texto não como produtor e impulsionador de uma política de defesa do sistema público mas como mero árbitro, regulador do sistema geral, anuncianto a desresponsabilização que a Constituição lhe impõe.

O conceito de «escola pública» é totalmente distorcido. A escola é pública não por constituir um serviço prioritário e fundamental que o Estado deve assegurar e por cuja qualidade terá de ser responsabilizado mas porque é, segundo o pacto, uma «questão pública e uma ambição nacional» ou porque é, de forma muito mais simplista, «um assunto de todos».

Claro que esta visão enviesada se prende com o facto de, por exemplo, se anunciar a passagem da rede nacional do pré-escolar para o domínio não estatal, demitindo-se o Estado das suas obrigações estruturais.

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Sr. Presidente, Sr.^m e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Educação: Por tudo o que vimos e ouvimos e aqui fizemos sentir, o PCP não irá «pactuar» com generalidades; o PCP não irá «pactuar» que as matérias substantivas se concretizem em círculo fechado, apenas aberto a alguns parceiros, como tem vindo a acontecer; o PCP não irá «pactuar» com teses neo-liberais conducentes à efectiva desresponsabilização do Estado em relação à educação e ao ensino; o PCP não irá «pactuar» com a continuidade do «marketing político» do Ministério da Educação.

O PCP defenderá, hoje e para o futuro, uma escola pública de qualidade para todos os portugueses, centrada numa estratégia de verdadeiro desenvolvimento, transformação e modernização do sistema educativo e do País.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para defesa da honra da bancada do Governo, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Educação e Inovação.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Secretária de Estado da Educação e Inovação (Ana Benavente): — Sr. Presidente, quero apenas dizer que acho que estas afirmações traduzem uma profunda levianidade e ignorância.

Aplausos do PS.

Se leram o despacho a que se referiram, sabem bem que o grande problema, esse sim, atentatório dos direitos humanos, é o facto de termos 35% dos jovens que hoje abandonam a escola sem completar a escolaridade obrigatória e sem ter direito às aprendizagens que são um direito de cidadania.

Aplausos do PS.

Protestos do PCP.

O Sr. José Calçada (PCP): — Pór isso mesmo é que é precisa a formação profissional dada nas empresas!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, peço-lhes que façam silêncio na Sala! Srs. Deputados, têm de respeitar o orador!

Faça favor, Sr.^a Secretária de Estado.

A Oradora: — Aquilo que este despacho permite é abrir a possibilidade às escolas, no seguimento de experiências avaliadas e reconhecidamente positivas, de apresentarem propostas de currículos alternativos para alunos que estão à beira do abandono e que estão com um profundo atraso escolar. Ora, isto nada tem a ver com a educação especial nem com crianças e jovens deficientes, tem a ver com alunos em situação de abandono e insucesso.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — A Sr.^a Secretária de Estado tem aí o despacho para nos mostrar...

A Oradora: — Como estava a dizer, este despacho abre a possibilidade de apresentarem propostas que serão devidamente acompanhadas, apoiadas e avaliadas pelos serviços, não só regionais como centrais, do Ministério da Educação. Há da nossa parte um compromisso com o povo português quanto à escolaridade obrigatória e com a educação como um direito para todos. É esse compromisso que, neste despacho, se abre como uma das possibilidades entre muitas outras.

Se houver uma escola que diga «nós conseguimos levar todos os alunos à aprendizagem com sucesso, através de outras modalidades», todas as modalidades são positivas desde que garantam as aprendizagens de núcleos essenciais de conhecimentos e a aquisição do diploma de escolaridade obrigatória.

Esses currículos alternativos — e é para a diversidade curricular que temos de avançar, aliás, para todos, e essas medidas estão a ser devidamente preparadas —, ...

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

A Oradora: — ... essa diversidade curricular é uma condição fundamental para o sucesso, porque todos os jovens são diferentes, como todos muito bem sabemos. Portanto, os jovens que frequentarem e que frequentam, porque já há muitas experiências neste sentido —, aliás, os senhores acordaram muito tarde porque há muitas experiências inovadoras e positivas de currículos alternativos entre nós — obtêm o diploma de escolaridade obrigatória, o que é um ganho para quem neste momento deixa a escola sem este diploma e sem aprendizagens.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Espero que a bancada do PS já esteja mais calma e tranquila e espero também que a Sr.^a Secretária de Estado não fique tão nervosa depois das afirmações que irei fazer.

Efectivamente, não acordámos tarde, quem acordou tarde foi o Ministério da Educação e, concretamente, a Sr.^a Secretária de Estado, porque estamos em 1996...

Protestos do PS.

... e, Srs. Deputados do PS, desde 1970 que estas experiências foram feitas nos Estados Unidos da América...

O Sr. Jorge Lacão (PS): — A terra do Tio Sam!?

A Oradora: — Desde 1970, Srs. Deputados! Como estão atrasados!... Antes do 25 de Abril, os relatórios dizem que não é com segregação educativa, que não é com estigmatizações sociais...

Vozes do PCP: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Sr. Ministro da Presidência (António Vitorino): A Sr.^a Deputada é da fase pré-«muro». É da fase da «pared»!...

A Oradora: — Srs. Deputados, peçam à Sr.^a Secretária de Estado que lhes façam chegar os relatórios que ela tão bem conhece; os relatórios da década de 70 dos Estados Unidos da América, que ela condenou...

Aplausos do PCP.

O Sr. Ministro da Educação: — A Sr.^a Deputada não sabe o que está a dizer!

A Oradora: — Mas a Sr.^a Secretária de Estado tem uma memória muito curta! Provavelmente, tem uma memória tão curta como aquela que lhe permitiu afirmar, no espaço tão curto de seis meses, que estava contra o diploma da Sr.^a ex-Ministra, Dr.^a Manuela Ferreira Leite, no que se refere à educação pré-escolar e que agora está de acordo com o que, no fundamental, esse diploma aponta.

A Sr.^a Secretária de Estado tem, de facto, uma memória curtíssima!

Mas continuando, há que afirmar que os Estados Unidos recusaram essa estigmatização social, recusaram efectivamente essa segregação educativa, e o que este Governo está a fazer é exactamente a defesa acérrima desses princípios.

Protestos do PS.

E mais, Sr.^a Secretária de Estado e Srs. Deputados, quero acrescentar uma novidade, que os americanos não se lembraram mas que, maléfica e sadicamente, este Governo foi capaz de fazer, que foi efectivamente a via profissionalizante aos 10, 11 e 12 anos de idade. É uma novidade que deve ficar registada, hoje, porque o Ministro e o Ministério da Educação estão de facto a acordar tarde para a defesa dos direitos humanos e da coesão nacional.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Ministro da Educação: Gostaria de começar por solicitar ao Sr. Ministro da Educação que se penitencie também por não me ter respondido às outras duas questões que lhe tinha colocado, nomeadamente a do *numerus clausus* e a do financiamento. Espero ter oportunidade de as ver respondidas certamente noutra sede.

A primeira pergunta a fazer, quando nos é apresentado assim um pacto, é a seguinte: para que é que vai servir?

O Sr. Ministro da Educação responde, na mensagem que junta ao pacto educativo, primeiro referindo que é um «acordo de acção» sobre os principais problemas da educação. A reacção será: óptimo!

O documento analisa os principais problemas da educação e sugere uma resposta, relativamente à qual se procura ouvir e dialogar para chegar a um acordo. Mas mais à frente o Sr. Ministro fala do seu desejo de que seja um «acordo, muito vasto e consensual, sobre os problemas da educação em Portugal». Afinal, um acordo de acção, como primeiramente entendido, tão vasto, não será um acordo de acção!

Até que o Sr. Ministro afirma que com este pacto «não se trata de condicionar a evolução futura da educação» mas, imagine-se, de mobilizar os agentes ou protagonistas da educação para as questões da educação!

Então, mantém-se a primeira dúvida: para que é que vai servir? Nada melhor do que ler o pacto educativo. E af, das bases gerais para os princípios gerais, para os objectivos estratégicos, para os compromissos de acção, não restam dúvidas! Não vamos do geral para o concreto, vamos do vaguissimo para o vago.

Com efeito, este pacto educativo não representa mais do que um conjunto de princípios gerais meramente enunciadores de questões e não definidores, nomeadamente, das políticas a desenvolver. Os princípios seriam válidos, sim, se conformadores do próprio campo de acção.

Para além dos perigos que encerram as generalidades na descoberta da verdade, ainda acresce alguma linguagem pouco clara, que não assumindo claramente o objectivo, indica-o, nomeadamente na desresponsabilização do Estado em certas matérias, facto com o qual «Os Verdes» nunca concordarão.

Exemplificando: «Criar uma rede nacional de educação pré-escolar». Certo. Mas pública? É que não nos basta dizer que é preciso criar uma rede nacional, porque é preciso garantir que todas as crianças, em idade do pré-escolar, o possam frequentar, independentemente da sua situação económico-social e que, portanto, a rede pública cobrirá essa necessidade e que o Estado a assegurará. Mas o pacto indica que não será assim quando faz a afirma-

ção «segundo modalidades diversificadas em função da especificidade dos contextos». O que é que isto significa?

O pacto fala do «modelo de financiamento do ensino superior, criando mecanismos de repartição de custos». Mas quem financia o quê? Mecanismos baseados em quê e com que critérios? Mais uma evidência da desresponsabilização do Estado no financiamento do ensino superior.

A pergunta mantém-se: para que é que vai servir o pacto educativo? E acrescenta-se: para que é que está a servir? Das duas uma, ou mesmo as duas: para tentar desviar as atenções e as discussões daquilo que é fundamental em termos de política de educação. Enquanto se discute o pacto não se discutem outras coisas que, na perspectiva do Governo, interessam menos discutir porque não reúnem consenso, mas, na verdade, vão condicionar a política educativa em Portugal.

Por exemplo, quanto à falada revisão da lei de bases da educação ou à proposta de lei do pré-escolar, o Governo ouviu antes os ditos protagonistas da educação, aqueles que tanta questão faz que se debrucem sobre o pacto educativo? O Governo ouviu antes as partes interessadas? Não!

Conclusão: faz-se um anúncio exacerbado do pacto educativo, da sua importância e do diálogo estabelecido com os protagonistas e da definição de políticas concretas e esquece-se que aqueles são, de facto, protagonistas. A isto chama-se falso diálogo.

O que estes parceiros querem é discutir a definição de políticas concretas, como sempre têm reclamado, como é justo que se faça, e não serem desmobilizados da sua discussão para se centrarem no pacto educativo.

Simultaneamente, o Governo procura que o pacto educativo, a ser um acordo efectivo, sirva como «amortecedor» para futuras decisões concretas que não venham reunir consenso.

E, já agora, não queríamos terminar sem referir que, apesar de não constar do pacto, não devemos esquecer que a educação é uma peça fundamental para a participação e para o incentivo à intervenção, ao espírito criativo e, consequentemente, crítico; o espaço escola assume, aqui, um papel relevante e o associativismo estudantil é valioso neste sentido. Logo, o Governo não deve assumir, na nossa perspectiva, aquela que foi a eterna posição do PSD, ou seja, ouvir só algumas associações de estudantes e deixar outras de fora. Igualdade de oportunidades, fale-se e concretize-se, descentralize-se, ouçam-se todas as associações de estudantes interessadas em colaborar e participar. A educação, em Portugal, certamente, ganhará com isso.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Ribeiro Mendes.

O Sr. José Ribeiro Mendes (PS): — Sr. Presidente, apesar de estar já condicionado pelo tempo, por que esta é a minha primeira intervenção, não queria deixar de saudar, manifestando-lhe a dupla honra que tenho pelo facto de intervir no Parlamento e por ser V. Ex.^a, uma figura ímpar da nossa democracia, a presidir a esta Câmara.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: — Quanto mais não fosse, uma das utilidades do pacto educativo é permitir negociar as linhas de orientação estratégica das políticas educativas.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, será que os portugueses, nos dias de hoje, sabem responder às perguntas: que educação e formação querem para os seus filhos? E para si próprios? E para os seus pais?

Se pensarmos no homem de hoje e equacionarmos o seu processo educativo em face das transformações que a sociedade vem atravessando, quais seriam as respostas àquelas questões? Para além disso, estamos, hoje em dia, a antever minimamente o que vai ser a sociedade no futuro e a preparar os nossos homens para essa sociedade actual e vindoura?

Hoje, a duração actualizada do conhecimento é cada vez menor: a proliferação das novas tecnologias e, por sua via, a proliferação de informação, dá-se a uma velocidade muito rápida. Isto obriga-nos a actualizações permanentes, se quisermos estar na «crista da onda» do saber.

Por outro lado, a combinação e interacção das novas tecnologias permitem novos produtos e serviços, ultrapassando algumas das actuais barreiras do espaço e do tempo.

Na educação, por via do uso das novas tecnologias, vamos ter complementos ao sistema tradicional? Vamos ter aprendizagem mais eficaz? Vamos ter pedagogia mais estimulante? Vamos ter autonomia na aprendizagem, ensino à distância e educação permanente ou, antes pelo contrário, na educação, vamos ter o privilegiar da relação homem-máquina, o risco da desumanização da educação, ou, ainda, homens como meros utilizadores de máquinas do saber?

Temos oportunidades e ameaças sobre as quais temos de ser todos a reflectir, pois todos nós temos de convergir no caminho a seguir.

Sabemos que a chave do desenvolvimento é a educação e a formação. Seremos capazes de, todos, conhecendo já as experiências de outros, aproveitar as suas vantagens, eliminar os seus inconvenientes e equacionar todo um conjunto de linhas de orientação estratégica da política educativa para preparar os nossos filhos para o futuro ...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... e para ultrapassar os problemas actuais, aproveitando ainda o conhecimento e saber dos nossos ascendentes?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É no contexto da reflexão que acabo de enunciar que surge a proposta do Governo de um pacto educativo para o futuro.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Até agora ia tão bem!

O Sr. António Braga (PS): — E vai continuar!

O Orador: — E hei-de continuar, Sr. Deputado.

São nele propostos objectivos estratégicos que abarcam todo o processo de educação e formação do indivíduo, desde o pré-escolar ao superior e também, como processo permanente, ao longo da vida.

No pacto são propostos objectivos estratégicos, como, por exemplo, a garantia da universalização da educação básica com prioridade ao pré-escolar. Pergunta-se: os nossos alunos terminam o ensino primário a saber ler, escre-

ver e contar? Terminam a escolaridade obrigatória a saber raciocinar? Quando aparecem resultados de analfabetismo funcional como os conhecidos, não nos poderemos interrogar se também nós sabemos escrever para que sejamos bem interpretados?

Outro objectivo do pacto proposto é obter uma nova finalidade para o ensino secundário, onde se assume a sua dupla natureza como ciclo intermédio para os estudos superiores e como ciclo de formação terminal. Pergunta-se: os nossos alunos estão bem preparados para ingressarem no ensino superior ou para ingressarem na vida profissional, realizando tarefas semi-especializadas?

Ainda outro objectivo do pacto é a promoção de um desenvolvimento equilibrado do ensino superior. Será que cada estabelecimento de ensino superior o é verdadeiramente, permitindo a comunicabilidade entre humanidades e tecnologias, garantindo-se aos alunos do ensino superior uma base cultural ampla? Hoje, um aluno prefere uma má universidade ou um bom politecnico? O aluno, num dado ramo do saber, sai em condições de estudar e resolver um problema?

A promoção da educação e formação, como um processo permanente ao longo de toda a vida, é outro objectivo. O que é que existe para que o homem, na sua vida activa profissional, vá actualizando os seus conhecimentos? Após a vida activa, como são adquiridos pela comunidade os conhecimentos daquela actividade profissional e que formação para o resto da vida?

Há também, no pacto educativo, propostas de compromissos de acção, com a identificação dos principais protagonistas para a negociação e áreas prioritárias de intervenção.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, no pacto educativo observam-se, em suma, propostas para discutirmos e, numa lógica de maximização de consensos, chegarmos a acordo. Pretende-se contratualizar soluções que, com base na participação de todos os protagonistas, consigam ter um horizonte para além da duração dos governos. Só assim conseguiremos criar uma base sólida para o desenvolvimento.

Os objectivos estratégicos de uma política de educação e os compromissos de acção — as ditas generalidades — devem ser acordados entre os políticos. São demasiado importantes para que assim não seja. Depois, com os protagonistas do processo educativo, temos de definir e encontrar convergências. Finalmente, os portugueses, devem ser convededores dos objectivos estratégicos e das convergências para, assim, darem também o seu contributo na construção do que será o desenvolvimento e o futuro de Portugal. O pacto educativo é para o futuro.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação, para um segunda intervenção, dispondo de 7.1 minutos, incluindo quatro minutos concedidos pelo PP e dois pelo PS.

O Sr. Ministro da Educação: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, queria agradecer ao PP e ao PS o terem disponibilizado algum tempo para esta minha intervenção final. Certamente, não irei gastá-lo todo porque o debate já vai longo e não quero estar a maçá-los excessivamente.

No entanto, no final deste debate, há duas ou três reflexos e conclusões que importa referir. A primeira é que este debate foi, para mim, para os Srs. Secretários de Es-

tado e para o Governo, extremamente encorajador. Julgo que ficou aqui provado que o documento que produzimos permitiu que nesta Câmara aparecessem convergências muito significativas. As críticas, todas as formas mais ou menos politizeiras de colocar aqui algumas questões menores, não ensombram aquilo que os Srs. Deputados disseram.

Os Srs. Deputados mostraram a importância absolutamente indiscutível de tratar a educação de uma forma séria e prioritária. Importa agora que saibamos todos assumir as nossas responsabilidades, dentro daquilo que são os compromissos que entendo que aqui estão assumidos.

Ninguém contrariou os compromissos que aqui propussemos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Todos os Srs. Deputados tentaram caminhar um passo em frente e nós também o queremos. Ora, o primeiro passo em frente foi dado pelo Governo, ao apresentar aqui duas propostas de lei que VV. Ex.^{as} vão ter de discutir nos próximos tempos: a lei-quadro que permite a definição do modelo de expansão da educação pré-escolar e uma proposta de lei que propõe algumas alterações à lei de bases e que reputamos da maior importância, sobretudo para o ensino superior.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — Fizemo-lo propositadamente quanto à educação pré-escolar e ao ensino superior para marcarmos que o sistema é um contínuo e que a educação pré-escolar é a grande lacuna neste País.

Não quero estar a fazer críticas aos governos anteriores, mas esta é verdadeiramente a primeira vez em que se faz um esforço sério para colocar no terreno uma meta que todos possamos atingir.

E aqui há uma nota que gostava de referir. Foi utilizada de uma forma jocosa a ideia de que a educação é de todos e que isto é um conceito redundante. Não é verdade!

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — A educação, para muitos, não é de todos. Em Portugal, a educação tem sido entendida como uma questão do Ministério e dos professores; ela não é do Ministério e dos professores mas de todos, das famílias, das empresas, das autarquias, das escolas, dos governos, é de todos!

Aplausos do PS.

O Orador: — Safmos particularmente encorajados deste debate e, como aqui foi dito em várias circunstâncias, julgo que este debate foi a melhor forma de assinalar e comemorar os 10 anos da Lei de Bases do Sistema Educativo.

O sistema educativo é regulado por esta lei há 10 anos; sobretudo entre 1974 e 1986, o País viveu uma enorme instabilidade ao nível da lei de bases, pela sua inexistência, com a existência da Lei n.º 5/73, que verdadeiramente nunca chegou a ser aplicada. Hoje, temos um quadro estável e temos de o aperfeiçoar. Esta Câmara, deverá, do nosso ponto de vista e estamos a trabalhar nesse sentido, tendo feito esta proposta, aperfeiçoar a lei de bases, pois 10 anos é o tempo que consideramos necessário para uma avaliação conscientiosa e rigorosa do funcionamento de uma lei com a importância desta.

Na verdade, não há leis imutáveis e a nossa proposta é no sentido do aperfeiçoamento da lei de bases sem a descharacterizar, pois importa que ela continue o seu percurso.

No entanto, este debate marca a entrada numa nova fase. Como sempre dissemos, desde o início, este documento que produzimos foi essencialmente destinado a alimentar o debate que hoje, aqui, teve lugar. Sempre tivemos consciência que a concretização daquilo que são os objectivos e metas que estão no nosso documento devem ser agora operacionalizados naquilo a que chamei aqui uma vez a geometria variável, que engloba os partidos políticos e todos os protagonistas do processo educativo, e, como podem ver, não estivemos parados durante estes oito meses.

Só foi possível fazer este documento relativo ao pacto, as propostas de lei que apresentámos e os decretos-lei que produzimos até agora governando. Este documento é o resultado da própria governação, dado que governar não é apenas decidir, Sr. Deputado Carlos Coelho, é também estudar, dialogar, negociar, decidir e avaliar. Isso é que é governar!

Aplausos do PS.

Não podemos correr o risco de, ao termos pressa, sermos precipitados. Em educação, o risco de se ser precipitado é muito grande, há muitas medidas que são tomadas pela força dos acontecimentos; quando queremos, de forma voluntaria, tomar determinadas decisões, elas fazem-nos perder tempo. Tenho dito muitas vezes que é preferível ter pressa mas não ser precipitado.

Pode dizer-se que temos perdido muito tempo a estudar. Toda a equipa governamental, em termos de educação, estuda, reflecte, pois somos todos homens de estudo, e se reflectirmos um pouco de tempo a mais, não temos medo disso, porque importa decidir bem.

Neste momento, estamos interessados em passar a uma nova fase, na qual gostaríamos particularmente de poder participar com a Assembleia da República, não apenas nas duas propostas de lei que foram apresentadas mas também naquelas que temos preparadas para apresentar gradualmente ao Parlamento.

Agora, o pacto não se faz apenas no Parlamento, concretiza-se com os parceiros, sendo o diálogo com eles essencial. Porém, não podemos confundir os diálogos, não podemos dialogar com a Assembleia o que devemos dialogar com os sindicatos, ou dialogar com os sindicatos o que devemos dialogar com os estudantes, ou dialogar com os estudantes aquilo que devemos dialogar com as autarquias.

Para ser sério, o diálogo tem de ter regras e nós queremos cumpri-las. Não queremos o diálogo na rua nem queremos que ele se sobreponha à nossa capacidade de decisão. Assim, apresentámos ao Parlamento — e quisemos fazê-lo propositadamente antes deste debate — duas propostas de lei e iremos apresentar, até ao fim do ano, outras propostas de lei, pois consideramos que esta é a forma de concretizar verdadeiramente o pacto. Não teria feito nenhum sentido que tivéssemos querido concretizar este pacto para o debate de hoje. O debate de hoje teve exactamente os objectivos que pretendíamos que ele tivesse e por isso saímos daqui particularmente reconfortados e encorajados para continuar a nossa tarefa.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, por hoje, terminámos os nossos trabalhos. A próxima sessão terá lugar amanhã, às 15 horas. Haverá um debate de urgência, requerido pelo CDS-PP, sobre a posição nacional sobre o novo plano operacional de pescas proposto pela Comissão Europeia, no âmbito do período de antes da ordem do dia, e do período da ordem do dia consta a discussão conjunta dos projectos de lei n.º 154/VII (CDS-PP) e 159/VII (PSD) e das propostas de lei n.º 35/VII e 36/VII. Pelas 18 horas, terão lugar votações, algumas muito importantes. Está encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 30 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

António Alves Marques Júnior.
João Carlos da Costa Ferreira da Silva.
José Manuel Rosa do Egípto.
Maria Jesuína Carrilho Bernardo.

Partido Social Democrata (PSD):

Luis Carlos David Nobre.
Rui Fernando da Silva Rio.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

Manuel Fernando da Silva Monteiro.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes.
Cláudio Ramos Monteiro.
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel Francisco dos Santos Valente.
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro.
Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge.
Vital Martins Moreira.

Partido Social Democrata (PSD):

Carlos Alberto Pinto.
Gilberto Parca Madail.
José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
José Augusto Gama.
José Luís Campos Vieira de Castro.
José Mendes Bota.
Luís Filipe Menezes Lopes.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier.
Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho.
Rui Miguel Gama Vasconcelos Pedrosa de Moura.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
Ruben Luís Tristão de Carvalho e Silva.

**DIÁRIO
da Assembleia da República**

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

1 — Preço de página para venda avulso, 9\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO 360\$00 (IVA INCLUIDO 5%)

Toda a correspondência que, oficialmente, não relata a venda de exemplares do *Diário da República* e do *Diário da Assembleia da República*, deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099 Lisboa Codex.